

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE** -----  
----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE INICIADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL  
DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

----- **ATA NÚMERO TRÊS** -----  
----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis reuniu, no Ginásio da Junta de Freguesia de São Vicente, sito na Calçada dos Barbadinhos, número trinta e seis, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de São Vicente, sob a presidência da Presidente em exercício, Joana Olinda Mendes Oliveira La Cueva (BE), coadjuvada por Sandro Paulo Magusto Pereira (PS), Segundo Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes  
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Sílvia Maria da Silva Ferreira, Leticia Samanta da  
Costa Marques e Ana Paula Almeida Paiva Magusto. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Tiago Filipe Rodrigues Gonçalo e Bruno  
Ricardo Silva Santos. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Michele Boulier Faro e João Gabriel  
de Carvalho Batista Isqueiro. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Daniel José Martins Carapau. -----

----- **Do Partido Chega (Chega)** – João Júlio Janela Baptista da Silva. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Luís Augusto Sá Souto. -----

----- **Do Movimento “Em Frente São Vicente” (MEFSV)** – Daniel Oleirinha Adrião.

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- A. Ordem do Dia; -----

----- I. Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais; -----

----- II. Apreciação e votação da documentação de prestação de contas de 2025; -----

----- III. Apreciação e votação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2026; -----

----- IV. Apreciação e votação do Regulamento das atividades da Freguesia de São  
Vicente em 2026 -----

----- V. Apreciação da Informação Escrita do Presidente e da Informação da Situação  
Financeira da Junta de Freguesia; -----

----- VI. Apreciação e votação da ratificação do protocolo celebrado pela junta de São  
Vicente com o Banco Alimentar. -----

----- B. Intervenção do Público. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora  
Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a reunião.** -----

----- Informou que a Senhora Presidente da Assembleia não podia estar presente por  
motivos de saúde. -----

----- Informou ainda que tinham várias substituições, o Membro Vítor Agostinho seria  
substituído por João Isqueiro, Mariana Prellhaz por Leticia Marques e Ema Guerra por  
Paula Magusto. Pedia que se dirigissem à Mesa para se identificarem. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que não sabia se a Lei era só feita para alguns  
ou para todos, mas sendo uma continuação da Assembleia anterior existiam Membros  
que não podiam ser substituídos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que não foi esse o  
entendimento que a própria Presidente da Mesa fez da Lei, que em continuação de  
Assembleias devia ser verificada a disponibilidade atual dos Membros. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** reafirmou que sendo uma continuidade da Assembleia anterior, a única pessoa que nesse momento ali podia estar era a Sílvia, que não estava presente na Assembleia anterior e que efetivamente podia estar nessa. -----

----- Não se podia dar continuidade a uma Assembleia em que nesse caso estava a Isabel e nesse momento iam entrar com outra pessoa. Estavam a falar de dois Membros no mesmo posto a fazer coisas totalmente diferentes. Isso não era uma interpretação da Presidente da Mesa, era uma interpretação da Lei.-----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que corroborava exatamente a mesma questão levantada pelo Membro Tiago Gonçalo. O Regimento e a Lei não previam essas situações, não era uma nova reunião da Assembleia, era a continuação da reunião anterior e não havia lugar a substituições. Era tão simples quanto isso. -----

----- Portanto, a constituição da Assembleia nos termos em que se encontrava era irregular e ilegal. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que lhe fazia alguma confusão esse tipo de amorismo. Por tristeza da sua parte, já ia a prever isso e era amorismo. Não fazia sentido e era até com alguma tristeza que chegava ali e tinha que colocar a questão. ---

----- A Lei era clara, existia sim a possibilidade de alguém que esteve presente na Assembleia anterior por algum motivo não estivesse nessa, mas não havia substituições de outras pessoas. Se não podiam estar os lugares ficavam vazios. -----

----- **Membro João Isqueiro (PCP)** disse que já tinha tomado posse anteriormente, era Membro de direito. Sempre foi o entendimento que cada reunião era uma sessão e no mandato passado aconteceu isso, no mandato anterior, quando estava a presidir, também aconteceu várias vezes porque as reuniões não acabavam numa só vez e cada reunião era considerada uma sessão. -----

----- Como tal, havendo indisponibilidade de alguns dos Membros, os eleitores não iam deixar de estar representados por uma questão meramente técnica e estranhava a posição do PSD porque no mandato anterior também se passou com os eleitos do PSD.-----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que entendia perfeitamente, mas fazia-lhe alguma confusão porque a Lei dizia uma coisa e era para cumprir. -----

----- Por outro lado, se antigamente as coisas funcionavam de uma certa maneira, quando iniciaram o mandato disseram ali uma coisa de forma clara e objetiva e não era por ser o PSD, mas tudo o que fosse amorismos e brincadeiras a partir desse momento terminaram. -----

----- Se continuassem nesse propósito, tudo o que aprovassem ali era ilegal. Se quisessem iniciar uma Assembleia já de forma ilegal, por si tudo ótimo, mas tudo o que fosse ali tomado não tinha validade nenhuma. Era uma opção da Presidente da Mesa e de todas as pessoas ali presentes. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que queria só secundar o que disse o representante do PCP e pedia ao Membro que disse que isso estava na Lei para dizer onde isso estava. Já tinha sido representante noutras Assembleias de Freguesia em que era prática habitual e, portanto, se a Lei dissesse que era ilegal não se teria feito e fez-se. -

----- Tinha que haver uma questão de reciprocidade, porque as pessoas que faltaram na anteriores podiam estar nessa, mas ao contrário não. Isso não tinha lógica e não podiam ter lugares vazios. Se os partidos elegeram pessoas para a Assembleia, havia umas que não podiam estar e tinham direito a ser substituídas. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que não era quem tinha que fazer esse trabalho, fazia o seu. Acreditava perfeitamente que a Junta de Freguesia tivesse essas competências, tinha juristas a trabalhar e sabiam perfeitamente o que dizia a Lei. Não estava a inventar nada, a Lei dizia isso e ponto final.-----

----- Se partissem do princípio dos lugares vazios, tinham que perguntar a razão de na Assembleia anterior haver um lugar vazio e não era do PSD, nem do PCP, nem do BE. Eram coerentes naquilo que diziam e a Lei era simples, se essa Assembleia iniciasse da forma como a Mesa estava constituída era uma Assembleia ilegal, se quisessem levar isso para a frente por si estava tudo bem, todas as medidas que fossem tomadas nessa Assembleia seriam dadas como ilegais. Era o que a Lei dizia, não estava a inventar. ---

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que não havia condições para essa Assembleia continuar, até porque descontando os Membros que estavam a ser substituídos de forma ilegal a Assembleia não tinha quórum. Portanto, não havia condições para essa Assembleia poder prosseguir. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que iria suspender os trabalhos, que na verdade ainda nem começaram. -----

----- (Neste momento foi suspensa a reunião)-----

----- **Membro João Isqueiro (PCP)**... podiam solicitar a suspensão do respetivo mandato, o período de suspensão devidamente fundamentado devia indicar o período de tempo, etc, por aí fora, coisas que para para o caso já eram especificidades que não interessavam. No artigo décimo falava da ausência inferior a trinta dias e no artigo décimo primeiro o preenchimento de vagas. Realçar ali o número 1, as vagas ocorridas eram preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto, etc, etc.-----

----- Depois, mais para a frente podiam procurar, mas não via ali nenhuma contradição. O Membro eleito Vítor Agostinho, e ali pela parte do PCP, pediu a suspensão do mandato em comunicação feita para essa sessão da Assembleia, informou a Presidente da ausência. O pedido de suspensão e informação da ausência, desde que fosse inferior a trinta dias não havia esses problemas, nem nunca houve. -----

----- A questão ali, se a base era a ilegalidade muito bem, mas em último caso não concordava que fosse assim, porque estavam ali a fazer letra morta de coisa que ainda estava em vigor e que, portanto, não estava contrário à Lei e já estava em vigor, ia fazer o nono ano. Portanto, em relação a isso não via ali nenhuma ilegalidade. No entanto, em último caso, a Senhora Presidente se assim o entendesse, que pusesse à votação. Os que estavam visados naturalmente não votariam, por uma questão de ética e da sua parte não podia intrometer-se nessa votação, até porque havia uma presunção que era nova. -----

----- Lembrava que no mandato passado, tanto o Membro eleito Bruno Palma como o Membro eleito Ilya Semionoff, como os outros Membros eleitos, foram sendo substituídos de sessão para sessão, justamente para que não ficasse sem a representação dos cidadãos. Isso nunca foi tema, era agora, mas tudo bem. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que o Membro do PCP leu e bem e ficava extremamente contente com a leitura dele, mas lembrá-lo que isso era a continuação de uma Assembleia, não era uma nova Assembleia. No Regimento realmente dizia que era para correr a lista caso as pessoas fossem faltando. Na continuação de uma Assembleia não percebia, parecia que estavam a fazer um drama enorme contra o que dizia a Lei e a Lei era clara, na continuação de uma Assembleia não se podia fazer substituições, ponto final, até porque passavam a existir dois pareceres de duas pessoas diferentes. -----

----- Agora dizia até em tom de brincadeira que se a Senhora Presidente decidisse suspender a Assembleia por uma hora, quando chegasse lá fora fazia como os jogadores de futebol, que estava um bocado cansado, substituía e trazia outro, mas isso não fazia sentido.-----

----- **Membro João da Silva (Chega)** disse que acompanhava a posição de que não estavam num caso de suspensão de mandato, não estavam em situação nenhuma que houvesse uma prerrogativa de interrupção daqueles que se encontravam na sessão originária. A Lei 169/99 era clara quanto a isso e, portanto, não era por terem que fazer uma interpretação da Lei que tinham que a atropelar. Não estava prevista a circunstância legal, tudo o que ali fosse votado e registado era ilegal por natureza.-----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que não era jurista, era economista e não tinha competência técnica nesse momento para dizer se a reunião podia ou não acontecer, mas uma coisa podia dizer, que se não estivessem reunidas as condições, todas as decisões que iam ser tomadas seriam anuladas. Por isso, não sabia o que iam estar ali a fazer se não houvesse um consenso entre todos, porque estavam ali a perder tempo. -----

----- Já tinha pertencido a muitos conselhos de administração e fazia-se anteriormente de umas formas e depois fazia-se de outra, mas o que dizia a Lei era o que dizia a Lei. Não era capaz disso, não ia votar se iam anular, não tinha competência técnica para isso, só tinha competência técnica para analisar ali os documentos contabilísticos e financeiros, termos jurídicos não. -----

----- Corriam um risco, estavam a perder bastante tempo e depois, se houvesse alguma hipótese... perguntou se tinham ali juristas suficientes para dar um suporte ao que estavam a falar, juristas suficientes para suportar todos. Por isso dizia que podiam estar ali, mas depois sofrerem as consequências de estar ali a perder tempo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que supunha estarem todos a falar da Lei 169/99 e do Regimento que seguia a Lei, claro que sim. Sabia que quando essa opção foi levantada poderia ter gerado alguma questão, mas enquanto substituta da Presidente não tinha outra opção senão pôr isso a votação. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** pediu que fossem lógicos. Quando iniciaram o mandato disseram ali uma coisa de forma clara, que iam deixar de brincar com os fregueses e com a Freguesia e deixar de ser amadores. A si fazia-lhe confusão, dizendo isso até de uma forma mais simpática, o Senhor Presidente disse na última Assembleia que era melhor nem verem o currículo do Vogal Tiago, porque era jurista. Então, ainda fazia mais confusão. A Lei era clara, ponto, não havia votação possível. Tudo o que acontecesse nessa Assembleia, se os Membros que estivessem fossem pessoas que não estavam na Assembleia anterior, era tudo ilegal. Se fossem para isso tudo bem, quando saíssem dali tudo o que foi decidido não tinha validade possível. -----

----- Isso era a continuação de uma Assembleia e aí havia coisas muito simples, ou os Membros que não estavam presentes se ausentavam e continuavam a Assembleia, ou então não era possível. Achava que era claro, não estava a perceber qual era a grande dúvida que existia ali. O que lhe fazia ainda mais confusão era perceber que estavam perante um Executivo eleito pelo PS, olhava para o seu lado e percebia que a lista que realmente foi vencedora era uma lista completamente sem sentido, que nem conseguiam ter as pessoas suficientes ali. -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que essa perceção da Lei contrariava o próprio espírito da Lei. A Lei dizia que todas as vagas de uma sessão da Assembleia de Freguesia e mesmo sendo em continuidade era uma nova sessão. Tinha uma nova data, tinha uma nova hora, tinha a necessidade de disponibilidade dos mesmos Membros da Mesa que podiam ou não ter disponibilidade. Todas as pessoas em falta, pedindo substituição, deviam ser substituídas. Estavam noutro dia, à mesma hora, mas noutro dia, era no mesmo local por acaso, podia ser noutro e, portanto, os Membros eleitos tinham a possibilidade de pedir a sua substituição.-----

----- Não podia estar porque estava ausente de Portugal na semana passada, estava essa semana presente a ocupar o seu lugar. Poderia não poder estar e poderia pedir a sua

substituição, que podia ser por outra pessoa da lista, não tinha de ser pela mesma, outra pessoa da lista que tivesse disponibilidade para ocupar o lugar. Como dizia a Lei, as vagas eram ocupadas por ordem sequencial. Caso não houvesse pessoas na lista que pudessem ocupar, até podia ocupar um cidadão que estivesse presente como freguês na Assembleia de Freguesia. Isso era o que a Lei dizia. -----

----- A sessão era de continuidade, todas as pessoas que se apresentavam eram responsáveis e legalmente legitimavam o seu voto, independentemente das que estiveram na sessão passada, porque todos os Membros eleitos tinham a faculdade de pedir a sua substituição. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que, não querendo cair ali outra vez em repetição, achava que podiam concordar em suspender temporariamente os trabalhos para fazer uma leitura da Lei 169/99 e ver se chegavam a algum tipo de acordo, ainda que lhe parecesse que o ónus da questão tinha muito a ver com aquilo que a Lei não dizia explicitamente em relação a sessões de continuação. Achava que era mais aí que estava o ónus da questão, mas fazia essa proposta de suspender brevemente. ----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que a questão do ónus e o que estava em causa era que havia uma série de decisões para serem tomadas, infelizmente tomadas a tarde e a más horas, que influenciavam a vida das pessoas e que esse Executivo não soube acautelar e agora fez essas coisas um bocadinho às três pancadas, em cima dos joelhos. Fazia com que o ambiente depois até estivesse crispado, porque o problema ali era colocarem o ónus nessa Assembleia de Freguesia quando deviam ter sido tomadas algumas decisões que deveriam ser tomadas muito mais cedo do que queriam fazer agora. Esse era o ónus.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que percebia esse tipo de narrativas, que não havia outra forma de dizer, era que de repente confundia-se e quando se falava de seriedade, achava que a seriedade tinha que começar logo na parte institucional. Estava-se a confundir ali várias coisas. -----

----- De repente o Executivo, pelo que o Membro Bruno Santos dizia, era quem marcava as Assembleias. Era uma Assembleia ordinária, era para ser em abril e foi marcada com base naquilo que foram as várias agendas, não foi o Executivo simplesmente que marcou a reunião. De repente a narrativa era que o Executivo deveria ter acautelado, mas não eram quem marcava a Assembleia de Freguesia, para começar. -----

----- Depois colocavam-se ali as questões do Executivo, mais uma vez falando do Membro Tiago Gonçalo e de outros Membros eleitos, misturando tudo aquilo que era Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia e, portanto, isso sim demonstrava uma falta de seriedade ou uma falta de conhecimento. Não percebia, mas se queriam realmente ser sérios tinham de começar a ser sérios no discurso, na forma como abordavam os assuntos, na forma como faziam as coisas.-----

----- O PSD agora queria interromper a Assembleia, mas não tinha a coragem de o dizer e como sabia que havia ali pessoas que dependiam dos santos populares e dos regulamentos dizia que era o Executivo que fez a tarde e más horas e agora estava a fazer forçar. -----

----- Assumissem as coisas. Se realmente havia algum problema de funcionamento, como a Presidente da Assembleia disse e muito bem, suspendia-se a reunião, analisavam, fizessem aquilo que também achassem que tinha de se fazer. Assumissem as responsabilidades, o Executivo assumia as suas, era uma Assembleia de Freguesia e haveria outros fóruns para discutir outros assuntos, mas deixassem de continuar constantemente a colocar o discurso político numa abordagem tão baixa, que achava que isso não enriquecia a democracia, não enriquecia a Assembleia. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que não sabia se o Presidente estava lá enquanto falaram, porque na realidade o que acabou de dizer não fez nenhum sentido com o que disseram. Achava que era uma coisa simples ali ninguém assumir. Queria assumir uma coisa muito simples desde o primeiro dia, honestidade, seriedade para com todas as pessoas e efetivamente para as pessoas estavam ali, até porque tudo o que se ia passar ali era para essas pessoas realmente saberem o que ia acontecer. Queriam dentro da base da legalidade, porque ir enganá-los como esses projetos que iam ali, era um engano e essas pessoas iriam saber e perceber que realmente estavam a ser enganadas da forma como eram levadas ali as coisas. Isso não iriam permitir. -----

----- Segundo, não entendia esse discurso de quase pequeno calimero. Assumiam, estavam ali pela verdade e pela verdade da Lei. O que lhe custava a si era saber que uma Junta de Freguesia em exercício não tinha noção como era o funcionamento de uma Assembleia de Freguesia. Fazia confusão, não era lógico.-----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que queria só esclarecer que quando havia eleições as listas eram eleitas e havia titulares que tomavam posse. Até haver suspensão ou denúncia do mandato pelo próprio ou por questões legais que assim o determinassem, o lugar era do eleito. O eleito estava convocado para todas as sessões ordinárias e extraordinárias de uma Assembleia de Freguesia. Para todas elas, em função das suas condições de saúde, deveres profissionais ou outras situações ou impossibilidade de presença qualquer que ela fosse e devidamente justificada o eleito podia pedir a sua substituição. A sua substituição não era mandatária para mais nenhuma outra sessão pela pessoa que o substituíam. Portanto, os eleitos de qualquer lista ali na Assembleia de Freguesia foram convocados para essa sessão, não podendo estar presentes puderam pedir a sua substituição e não tinham de ser substituídos pelos Membros que o substituíam na sessão anterior. -----

----- **Membro João Isqueiro (PCP)** disse que se era para falar da Lei 169 falavam da Lei 169, se era para falar da Lei 5A falavam da Lei 5A, se era para falar da 25B falavam da 25B. Estava tudo no Regimento. A Lei 169/99 de 18 de setembro, já era uma Lei bastante carcomida porque já foi substituída por outras, no artigo número 11, alteração da composição, ponto número 1: “Os lugares deixados em aberto na Assembleia de Freguesia em consequência da saída dos Membros que vão constituir a Junta, ou por morte, renúncia, perda de mandato, suspensão, ou outra razão, são preenchidos nos termos do artigo 79”. -----

----- Não era jurista, mas tinha ido a duas ou três aulas. Devia ter ido a mais aulas que o Miguel Relvas na altura, mas pronto, uns acabavam os cursos e outros não. -----

-----Artigo 79: “As vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o Membro que deu origem à vaga. -----

----- Nos termos do direito público, que era disso que estavam a falar, eram normativos da área do direito público, só se podia fazer o que estava escrito e o que estava escrito era isso. Portanto, continuava a não ver ilegalidade nenhuma, mas devia ser só a sua falta de vista. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que então ia suspender durante dez minutos os trabalhos e retomavam com uma decisão. -----

----- (Neste momento foi interrompida a reunião)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, retomada a reunião, disse que a Mesa voltou a analisar a Lei e era entendimento da Mesa que a sessão podia continuar. A partir daí os eleitos tinham à sua disposição os instrumentos legais que achassem adequados, mas a sessão iria continuar. -----

----- (Neste momento os cidadãos Leticia Samanta da Costa Marques e Ana Paula Almeida Paiva Magusto tomaram posse como Membros da Assembleia de Freguesia de São Vicente) -----

----- **Ordem do Dia**-----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que no seguimento da decisão da Mesa queria só fazer uma nota prévia de que tratariam depois, à posterióri, das devidas diligências em relação ao que se ia passar ali na sessão. -----

----- Fazendo nota do seguimento da Assembleia de Freguesia e até para tirar a dúvida ao Presidente do Executivo, gostaria de propor que se passasse já à apreciação e votação do Regulamento das Atividades da Freguesia de São Vicente e inverter a ordem do assunto para o Senhor Presidente tirar a dúvida que teve em relação à seriedade do PSD, em relação às pessoas que ali estavam e em relação ao arraial e tudo mais, como o Senhor Presidente referiu. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que entendiam e aceitavam que era válida a justificação que o Membro Eleito Bruno Santos do PPD-PSD dava. No entanto, não se podia ir votar taxas e regulamentos sem haver toda uma documentação financeira vista, aprovada ou não, por essa Assembleia. Portanto, havia uma ordem para a ordem de trabalhos precisamente para isso poder ser. O que achava era que deviam arrancar rapidamente para a Assembleia, para a ordem de trabalhos e chegar às taxas. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** referiu que a Mesa assinalava esse cuidado e que realmente ia no seguimento do tal pedido que foi feito no final da outra sessão, mas iriam manter a ordem de trabalhos. -----

----- **I. Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais;** -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que esse documento era apenas para apreciação. Continha toda a listagem de aquisições que foi efetuada no ano 2025, resultante do mandato anterior. Iria ter depois, mais para a frente no ponto 2, uma reserva do revisor oficial de contas quanto às obrigações patrimoniais, que posteriormente iriam explicar. No entanto, deixava a explicação do ponto 2 quando lá chegassem.-----

----- Se tivessem alguma questão quanto ao inventário de bens, direitos e obrigações, às aquisições que foram efetuadas, estariam ali para responder, dentro do que lhes era possível. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** começou por dizer que viram essa listagem de aquisições no valor de 660.251,56 euros com muita atenção. Houve ali algumas verbas e até materiais que suscitaram algumas dúvidas, nomeadamente estava a falar de um elevador de bateria portátil para piscina Digiproject, tinham dois no valor de 8.995 euros. Seria isso uma repetição? Houve ali algum engano? Porque para um equipamento que não estava a funcionar e que não havia previsão de obras, estavam ali a falar de um montante bastante elevado duas vezes. -----

----- Percebiam algumas compras de alguns telemóveis Honor Magic de 222 euros, mas também viam alguns de valor bastante mais elevado, nomeadamente de 1.110 euros, 1.214 euros. Depois, mais para a frente havia um telemóvel iPhone 16 Pro Max Apple, 512GB de titânio natural de 1.749 euros. Portanto, isso eram umas verbas que saltavam à vista. -----

----- Depois também repararam que havia uma árvore de Natal de 10 metros por 1.700 euros. Gostaria de perceber. Não se lembrava de a ver na Freguesia, mas se calhar estaria por aí algures. -----

----- Tinham também um balcão de atendimento com arca frigorífica com lava-loiça, mais compartimento para barril de cerveja, 1.600 euros. -----

----- Depois tinham ali também umas que saltavam à vista, casas de madeira, dez casas de madeira, cada uma de 700 euros. Percebia o investimento, gostaria de perceber para que foi isso e esse valor tão elevado.-----

----- Repararam que havia um investimento em material de som e de luz na ordem dos milhares de euros. Nem sequer ia enunciar todo o material que ali estava, porque de facto era exagerado. Portanto, gostavam de ouvir em relação a esses valores.-----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que tal como a Membro Michele Faro também tivera alguma atenção a olhar para o inventário. Escusado seria dizer que, obviamente, tudo ali estava na posse da Junta de Freguesia, inclusivamente os telemóveis.-----

----- Tinham ali uma situação difícil também para o Executivo, porque o Executivo só tomara posse em novembro e havia aquisições anteriores a novembro que não eram da sua responsabilidade, apesar de terem sentada a Tesoureira do anterior Executivo, mas obviamente que não era responsável por si só pelas aquisições. No entanto, tinha ali duas dúvidas.-----

----- A Michele falou na questão dos telemóveis, falava nos computadores. Havia computadores comprados em julho e depois havia computadores comprados em dezembro. Não sabia se não tinham garantia os primeiros, ou se eram precisos mais, se tinha a ver com a entrada de novas pessoas, podia ter a ver com isso. Não estava a dizer que não eram precisos os computadores, era só para criar ali uma justificação.-----

----- Por acaso, também tinha apontado essa questão dos 8 mil e tal euros em duas peças iguais, mas o número mais impressionante que via ali na ficha de aquisições eram quase 700 cadeiras. Tinham 700 cadeiras na Junta de Freguesia? Não percebia porque estava ali tanta gente em pé, com tantas cadeiras que a Junta tinha não conseguiam levar ali cadeiras para essas pessoas sentarem.-----

----- Também tinha a questão dos telemóveis, mas era uma dúvida se os telemóveis ficavam ou se quando as pessoas saíam os telemóveis saíam também.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que como também já foi referido pelo Membro Bruno Santos, fosse a árvore de Natal, fossem algumas das questões, não eram do atual mandado. Tinham pelo menos a mais-valia de estar a Érica, que podia eventualmente responder a algumas coisas, mas, se não estivesse, muitas das coisas não sabiam a finalidade.-----

----- Havia o inventário e naturalmente tinham esses objetos na posse, se houvesse algum que não estava também podiam dizer, mas estava tudo na posse e os inventários assim o garantiam.-----

----- A razão de comprar uma árvore de Natal, provavelmente para o Natal.-----

----- As barracas de madeira, tinham barracas de madeira no início até dos santos populares, se não se enganava havia umas barracas de madeira.-----

----- Não ia justificar tudo aquilo que foram as compras do anterior Executivo, quando não estivera presente nessas compras. Portanto, o que podiam garantir era que os bens inventariados estavam com a Junta. Os telemóveis no fim eram devolvidos à Junta.---

----- Os computadores, houve mais pessoas a entrar e foram comprados os necessários. Havia muitos computadores que também acabaram por já estar em desuso e os que foram comprados, evidentemente, eram utilizados pelos novos técnicos que estavam a trabalhar com a Junta.-----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que se comprou uma árvore de Natal para o Natal, mas o que colocava em questão era uma árvore de Natal de 10 metros a 1.700 euros. Gostava de saber onde ela estava, porque era da Freguesia, passeava na Freguesia. Podia estar escondida aí num sítio qualquer que não fosse acessível por carro.-----

----- Portanto, não era contra o investimento, achava que tudo bem, compraram uma árvore de Natal, 1.700 euros, para o próximo ano já não iam gastar esse dinheiro. Não

era custo, era um investimento. Só achava que era um valor exagerado, uma árvore de Natal de 1.700 euros. Pedia imensa desculpa, a sua custou 60 euros.-----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que então, para esclarecer, iam já passar ali para a reserva feita pelo Revisor Oficial de Contas. -----

----- Para que tivessem conhecimento, o ano passado realizou-se uma inventariação e reconciliação dos bens existentes na Junta, algo que não era atualizado, as folhas de carga, desde o período entre 2017 e 2019. Isso resultava que a maior parte dos bens iam com a data 31 de julho, que foi quando foi concluído esse processo. -----

----- A árvore de Natal era a árvore que estava presente no evento do Botto Machado, no Bosque Encantado, nos últimos dois anos. Havia uma árvore de Natal dentro do Botto Machado, uma estrutura metálica, não foi inventariada esse ano. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que podiam ver um vídeo. No ano novo e no Natal fizeram um vídeo sobre o Natal e havia uma árvore no Jardim Botto Machado que podiam ver no vídeo, até era mais fácil. Estava gravado no vídeo da Junta de Freguesia, a desejar o bom Natal a todos os fregueses, estava a árvore atrás de si. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que a árvore de Natal era uma estrutura metálica com iluminação, daí o valor ser tão elevado. Era algo que depois não recorriam ao fornecimento de serviços externos, porque tinham vindo a adquirir esses bens para deixar de estar sempre a recorrer a empresas externas.-----

----- Quanto à questão das cadeiras dobráveis, o valor de custo era bastante baixo, entre os 10 e os 50 euros. No entanto, eram materiais de desgaste, mas que já eram considerados para o inventário face ao Orçamento. Esse registo resultou de uma reserva, uma vez que os bens adquiridos entre 2017 e 2019, à data atual não tinham a mesma valorização. Daí a reserva do revisor oficial de contas, pelo que esse ano tinham que proceder à atualização dos valores.-----

----- Os valores foram inventariados com o preço à data que foi feita a inventarização, dia 31 de julho de 2025. No entanto, esse ano tinham que amortizar os custos. Todos os bens que ali constavam estavam em posse da Junta de Freguesia de São Vicente. -----

----- A questão dos telemóveis, qualquer trabalhador, Membro de antigo Executivo, que tivesse deixado as suas funções, deixou os seus equipamentos com o termo de entrega do mesmo. -----

----- Os computadores, no final do ano passado adquiriu-se alguns computadores pela substituição dos softwares, alguns deles já estavam obsoletos. Apanhou-se algumas promoções e aproveitou-se esses factos. No presente ano ainda não se adquiriu nenhum equipamento desse tipo. -----

----- Nesse sentido, falando já da certificação legal de contas, a única reserva que o revisor oficial de contas colocava era que o inventário, o ativo fixo tangível, resultava num aumento de 319 mil euros como contrapartida dos resultados transitados. Ou seja, como foram contemplados valores à data de aquisição, os mesmos iriam ter que ser amortizados agora para o próximo encerramento das contas de 2026, em sessão ordinária a realizar em abril de 2027. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que tinha colocado também questões relativamente ao material de som e imagem, que lhe parecia que tinha havido ali um investimento descabido, na sua opinião, porque estavam a falar de mais de 50 microfones. A menos que tivessem uma fanfarra ou uma orquestra filarmónica, eram valores muito elevados.-----

----- Tinha colocado a questão em relação a esse material, que era material de muito valor, que depois a levava à questão seguinte, porque o Membro Bruno Santos colocou a questão e muito bem, se o material estava lá relativamente aos telemóveis. Esse material

também estava lá? Iria fazer com que mais à frente não fosse contratado material desse género em serviços externos? -----

----- A questão que também colocava era quem fazia a utilização desse material todo, colunas, mesas de mistura, 50 ou 60 microfones. -----

----- Também tinha ficado por responder sobre o elevador de quase 9 mil euros, duas vezes esse valor, mas percebia, tendo em conta que era 31 de julho, percebia que fosse em relação a isso. Parecia-lhe que fosse, mas já agora gostaria de saber o que era. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que voltava a reforçar, essa inventariação resultava da falta dela desde 2017 a 2019, pelo que possivelmente o elevador foi adquirido nessa altura. Enquanto Tesoureira no mandato anterior, não conhecia a aquisição desses dois elevadores. -----

----- Quanto à questão do material de comunicação e imagem, o mesmo era utilizado nos eventos da Junta de Freguesia maioritariamente, em eventos da educação, em eventos culturais. No Largo também utilizaram o material. Ou seja, todos os eventos que tinham feito esse ano era sempre com o material, desde terem encerrado a Rua da Graça para a questão da mobilidade, a Feira Insólita. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, se não estava em erro, até costumavam também dar a outras associações para utilizarem. Por exemplo, a festa agora do 24 de abril, que aconteceu na General Roçadas, foi o palco, as colunas, o microfone. Faziam isso também com alguma regularidade. Todas as colunas, os microfones, o palco, utilizavam não só nos eventos da Junta, mas também davam a outras associações ou coletividades que necessitassem. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que havia muitas coletividades e associações da Freguesia que por vezes faziam a requisição desse tipo de material, porque não tinham os meios e a Junta de Freguesia tinha, tinha cedido sempre que não havia outros eventos na mesma altura. No entanto, importava referir que esse material já ia com uma valorização desde 2017 a 2019, mas ele estava todo em posse da Junta de Freguesia. Claramente, uns tinham mais anos que outros, uns se calhar deviam funcionar melhor que outros. -----

----- Quanto à questão das cadeiras, essas cadeiras também eram cedidas, a maior parte das vezes às associações e coletividades para eventos. Solicitavam esse tipo de equipamentos para promover os seus e eventos. A Junta de Freguesia, pelo menos nesse mandato, tinha cedido o que lhe era solicitado, através do bom trabalho das equipas. --

----- Em relação ao material de comunicação, no mandato anterior vogal da comunicação não era, Presidente também não, era só Tesoureira. Se a despesa foi efetuada, cumpriu o que tinha a cumprir. No entanto, não iria responder, nem se sentia confortável para responder decisões tomadas ou ouvidas por não fazer parte, nem ter responsabilidade sobre os pelouros em questão. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que queria mesmo só deixar nota que achavam exagerado o valor, não falando até ao 31 de julho, porque entendiam que o 31 de julho tivesse sido um acumulado de anos em que não se fez, mas consideravam exagerado todo o valor que ali aparecia em investimento de som e imagem. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que percebia, mas não era do atual Executivo. Era a inventariação de tudo, foram vários anos que não se estava a fazer inventariação. Fez-se a inventariação de 2017 a 2019, havia valores que ainda não foram amortizados, que depois seriam amortizados e iriam perceber que esses valores não valiam nem metade daquilo que estava ali. -----

----- Tiveram que levar com a tarefa de ter que fazer as contas do anterior Executivo, de coisas que não eram tidos nem achados. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que não responderam relativamente à questão do telemóvel iPhone 16 Pro Max, 512 gigas, titânio natural, de 29 de dezembro de 2025, 1749 euros, se não havia um telemóvel mais em conta para se adquirir com os dinheiros públicos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o computador era seu, isso também já aparecia no outro mandato quando era Presidente da Assembleia, estava com esse computador.... o Tiago estava-se a rir, depois quando ria iam para as páginas dizer que o Presidente estava a rir e que não tinha a postura institucional. Era sempre muito complicado. -----

----- Percebia a questão em certa medida, era a primeira pessoa a utilizar o seu próprio material, utilizava várias vezes e havia muitas coisas que fizeram nesse mandato que foram no sentido de cortar despesas de todos os níveis, fosse na segurança, fosse nos ditos motoristas, que não existiam motoristas. A Junta não andava com carros, não andava de um lado para o outro com carros, qualquer pessoa conseguia vê-lo no autocarro. Portanto, havia várias coisas que não faziam e sabia que havia sempre uma forma de tentar criar narrativas. Compreendia, era o papel da oposição e muito bem. -----

----- Compraram os telemóveis, tinham que comprar. Podiam falar, discutir os valores, se era esse, se era aquele, compreendia, tinham toda a legitimidade. O objetivo foi que se era necessário ter um telemóvel que fosse diferente do telemóvel pessoal, porque todos tinham vida privada e a vida enquanto cargos públicos e tinham que fazer essa diferenciação. Todos tinham que ter o seu tempo de pausa. -----

----- Foi isso que fizeram com o telemóvel, na altura foi visto e foi esse escolhido, se foi um bocadinho mais ou um bocadinho menos, percebia, podiam ter visto outros telemóveis em segunda mão e terceira mão, mas era sempre a mesma coisa, era sempre essa questão de ser preso por ter gato ou por não ter, por andar de autocarro, por não andar, por ter o computador, por não ter. Percebia que fosse assim e estavam ali para justificar tudo aquilo que tivessem que justificar. -----

## ----- **II. Apreciação e votação da documentação de prestação de contas de 2025;** --

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que o resultado do exercício anterior referia ao mandato anterior. Era obrigatório ir a essa sessão ordinária de abril a prestação de contas do ano anterior e lá estavam para responder àquilo que pudessem. -----

----- Como podiam constatar, o resultado líquido de 2025 foi negativo em aproximadamente 964 mil euros, o que representava face ao resultado de 2024, que também era negativo em 686 mil euros, que deteriorou cerca de 277 mil euros. Ficava a dever-se principalmente ao aumento de gastos operacionais e em especial os fornecimentos de serviços externos e de gastos com pessoal. -----

----- Iria tentar responder às questões colocadas na qualidade de antiga Tesoureira. No entanto, questões de gestão, como disse a muitas das forças políticas ali representadas, não o iria fazer porque a Presidente que estava em funções já ali não se encontrava. Estava outro Presidente e se tivessem questões em termos técnicos, devia estar ainda o contabilista para as responder e naquilo que pudesse responder lá estaria. O restante, deixava à consideração as notas que quisessem dar. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que aquilo que estavam a discutir não eram apenas documentos técnicos e nem meros exercícios contabilísticos. Estavam a discutir a forma como o dinheiro público era gerido nessa Freguesia e, sobretudo, as opções políticas que estavam por trás desses números e os números, quando analisados com seriedade, eram absolutamente claros. Em 2024 a Freguesia registou um prejuízo de cerca de 686 mil euros, em 2025 esse prejuízo agravava-se para quase um milhão de euros. -----

----- Estavam perante dois anos consecutivos de resultados negativos, com um agravamento significativo. Isso não era um desvio pontual, isso era um padrão de gestão e havia um dado que tornava essa situação ainda mais grave. Esse agravamento acontecia num contexto em que as receitas aumentaram de forma relevante, ultrapassando os 5,3 milhões de euros em 2025. Ou seja, a Freguesia teve mais recursos disponíveis e ainda assim apresentou um resultado pior. -----

----- Por isso, o problema não era a falta de dinheiro. O problema era mesmo a forma como esse dinheiro estava a ser gasto e quando olhavam para a estrutura de despesa percebiam exatamente onde estava o problema. Mais de 3,3 milhões de euros em serviços externos, uma percentagem muito significativa de avenças e cerca de dois milhões de euros em gastos com pessoal. -----

----- Essas duas rubricas absorviam praticamente toda a capacidade financeira da Freguesia e a pergunta que se impunha era simples. Onde estava o controle efetivo dessa despesa? Onde estava a avaliação da sua eficiência? Onde estava a responsabilidade política por esses valores? Porque aquilo que os números demonstravam era claro. ----

----- A despesa crescia sem controle proporcional aos resultados, não havia evidência de racionalização e não havia sinais de contenção, mas havia um indicador particularmente preocupante, que eram os fluxos de caixa operacionais negativos superiores a 650 mil euros. Isso significava que a Freguesia não conseguia gerar recursos suficientes para financiar a sua atividade corrente. -----

----- Mais importante do que isso, tinham agora dados reais relativamente a 2026 e esses dados confirmavam tudo aquilo que foi dito. No primeiro trimestre de 2026 a Freguesia arrecadou cerca de 1.13 milhões de euros e gastou cerca de 910 mil euros. Quando olhavam para a estrutura de despesa percebiam o essencial, 78% da despesa foi para pessoal e isso não era um detalhe técnico, isso era um modelo de gestão. Portanto, era uma estrutura rígida, pesada e sem margem de correção. -----

----- Do lado da receita, quase 90% iam de transferências públicas. Ou seja, não havia autonomia financeira, não havia capacidade própria de geração de receita e havia uma dependência quase total do exterior. -----

----- Ainda mais preocupante, o investimento representava praticamente zero da despesa. Ou seja, a Freguesia gastava para funcionar, mas não investia para o futuro. Os dados de 2026 eram aliás muito claros e nada mudou, nada foi corrigido, o problema mantinha-se e a conclusão era inevitável. Essa Junta vivia acima das suas possibilidades e viver acima das suas possibilidades não era um acaso, era uma opção política, uma opção de gestão despesista, sem controle estrutural, sem priorização e sem preocupação com a sustentabilidade. -----

----- Essa opção tinha naturalmente um responsável político, o Senhor Presidente da Junta, que ainda por cima concentrou em si todas as competências, não delegava competências e, portanto, toda a responsabilidade ia por inteiro para o Senhor Presidente da Junta porque essas decisões não eram inevitáveis, eram escolhas e as escolhas de aumentar a despesa, de não conter custos estruturais e de adiar decisões difíceis, essa era uma escolha da responsabilidade do Senhor Presidente da Junta. -----

----- Perante um prejuízo dessa dimensão, o que seria esperado? Esperava-se liderança, esperava-se capacidade de reconhecer o problema, esperava-se coragem para tomar decisões difíceis e no mínimo esperava-se um plano de reequilíbrio financeiro, medidas concretas de contenção da despesa, de redução das rubricas mais pressionadas e uma estratégia de médio prazo. No entanto, o que tinham na alteração orçamental de 2026, depois iriam ver a seguir, não havia cortes estruturais, não havia reorientação significativa, não havia plano de recuperação, havia apenas ajustamentos técnicos que na prática prolongavam e agravavam o problema.-----

----- Isso não era na verdade gestão responsável, isso era adiar deliberadamente uma situação que já estava a agravar-se, que dava sinais claros de agravamento e importava dizer com toda a clareza que quem pagava essas escolhas não era o Executivo nem o Senhor Presidente, quem pagava eram os cidadãos dessa Freguesia, que pagavam com menos investimento, pagavam com menos serviços prestados e pagavam com menos capacidade futura e pagavam também com algo essencial, com a perda da credibilidade da instituição Junta de Freguesia, porque uma Freguesia que acumulava prejuízos crescentes, sem estratégia de correção, era uma Freguesia que perdia confiança.-----

----- Essa discussão não podia ser tratada como uma mera formalidade, era uma questão de responsabilidade política e por isso, face ao agravamento significativo do prejuízo, à ausência de controle estrutural da despesa, à inexistência de uma estratégia de reequilíbrio financeiro e à confirmação em 2026 de que nada foi corrigido, naturalmente votaria contra essa proposta. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que o que estava em causa nesse ponto era a apreciação da prestação de contas de 2025. Sobre a prestação de contas, aí já era economista, já sabia o que estavam a falar, não descobria nenhum problema em termos dessa apreciação de contas. O problema não era esse, ia votar essas contas. Só tinha notado um problema na área das receitas, em que nessa análise do relatório de gestão que gostava de ver corrigido, a dizer que a receita era constituída maioritariamente por transferências e subsídios correntes que representavam 57,44%. Não era verdade. Teria razão aí o seu colega, seria na ordem dos 92% porque o saldo de gestão, o saldo de gerência também englobava muitos subsídios e também englobava transferências do setor público estatal. Era o único reparo que fazia. -----

----- De resto, as contas estavam certificadas por técnicos oficiais de contas, por revisores oficiais de contas. Havia apenas uma questão técnica relativamente à contabilização do imobilizado e mais nada. Ou seja, era no ponto seguinte, uma proposta para alteração em termos do Orçamento que já foi aprovado e agora era preciso alterar e aí sim, estavam a falar de questões de estratégia política, onde se deviam aplicar as verbas, porquê essa necessidade. -----

----- Nesse momento estavam a falar apenas de umas contas, as contas eram de 2025, tinham que ser aprovadas, era importantíssimo que fossem aprovadas as contas. No que tinha analisado, não havia nada que os levasse a nenhum prejuízo contabilístico, nada mal contabilizado, a questão era estratégica. Se concordava com o que estava ali, não. Tinha dito na aprovação do Orçamento uma coisa muito simples e ia acontecer naquilo que iam falar a seguir, a Junta de Freguesia dependia essencialmente de receitas vindas do setor público estatal, 92%. -----

----- Tinha dito na altura que os 5,2 milhões não seriam suficientes para as grandes opções do plano e iriam ver que não eram suficientes, mas nesse momento o que estava em causa não era isso, nesse momento o que iam ali votar era essa prestação de contas de 2025. Necessitavam de contas aprovadas, a Junta já estava a ser gerida por duodécimos, era importantíssimo, não notara ali nenhum problema contabilístico a nível das contas de 2025. Não concordava com as estratégias que estavam lá, não concordava com as aplicações que foram feitas, mas não via nenhum problema relativamente às contas de 2025. -----

----- Também só gostava de perguntar se foi lapso esses 57,44%, a dizer que as receitas eram provenientes de subvenções públicas, só esse lapso que via ali. De resto, não via problema absolutamente nenhum e focassem nas coisas que estavam ou não saíam dali. -----

----- **Membro Silvia Ferreira (PS)** começou por dar os parabéns a esse Executivo pela quantidade de informação e transparência que levava à Assembleia de Freguesia. Achava

que isso era de facto de assinalar, até pelo facto de às vezes ser informação a mais, de tanta informação e do tempo que precisavam entre a disponibilização de tanto relatório e dados e fazer a devida análise. -----

----- Quanto ao resto, as contas estavam tecnicamente bem feitas. O julgamento político desse Orçamento foi feito nas urnas e dos Orçamentos anteriores, foi feito no processo eleitoral. -----

----- Também diria que, do ponto de vista técnico, se houvesse ali alguma questão a fazer, esse sim devia ser levantado e devia ser subscrito e, portanto, dava os seus parabéns ao Executivo pela mudança. Continuavam a ter a confiança do PS para fazer um processo de mudança estrutural que não se fazia em três nem em seis meses, tendo em conta o peso das estruturas e dos gastos estruturais que a Junta de Freguesia tinha. Portanto, em termos do Orçamento de 2026 estavam disponíveis para discutir opções políticas, nesse momento teriam o voto positivo para esse Orçamento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se baralhava as questões metodológicas com o que se passava junto às prestações de 2025 que não eram desse Executivo. Isso depois realmente tornava-se um processo muito kafkiano para se conseguir sempre tentar mostrar uma imagem e uma narrativa obscura. -----

----- Era fácil de perceber que as contas do anterior Executivo realmente demonstravam que tinham que fazer uma diversificação das receitas e isso era uma das primeiras coisas que já tinha dito a todos os Membros eleitos. Percebiam que isso, sem dúvida, era uma questão que tinham que avançar rapidamente. A questão daquilo que já estavam a fazer, isso também estava na informação escrita e comparativamente a 2025 a despesa com limpeza, por exemplo, das instalações diminuiu cerca de 46%. Estava na informação escrita, na página 5, era fácil de ver. Em 2025 a limpeza com instalações diminuiu cerca de 46%. -----

----- De igual forma os custos associados com a segurança privada foram reduzidos cerca de 20%. Portanto, em seis meses já estavam a fazer reduções em certas áreas e isso eram questões estruturais que não se faziam em dois dias, mas já estavam a trabalhar nesse sentido. -----

----- Também queria dizer que havia uma contradição, porque não podiam estar a ouvir muitas vezes dizer que o anterior Executivo não executava e tinha um saldo de gerência e depois querer que esse saldo de gerência fosse executado. Eram contradições em tudo e mais alguma coisa. Primeiro dizia-se que não se executava, depois já dizia que se deveria ter executado, depois dizia-se que tinham muito dinheiro e a Junta podia investir em tudo e depois, afinal, a Junta não tinha dinheiro nenhum. -----

----- Estavam sempre a baralhar para conseguir no momento imediato ter um ganho qualquer político na narrativa e achava que isso tinham que ter muito cuidado porque depois cada um fazia aquilo que entendesse, mas depois confundia o que era o debate importante e realmente era esse, era o debate de perceber quais eram as prioridades para o Executivo, o que o Executivo pretendia no próximo ano em termos de investimento, aquilo que ainda tinham como verba disponível, que era o saldo de gerência. -----

----- Achava que era isso, para além das questões que podiam apreciar de contas, mas era nesse fórum que podiam fazer essa discussão política que, evidentemente, fazia sentido.

----- Relativamente à questão depois dos 57%, não sabia se a Érica conseguia dar ali um esclarecimento. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que realmente foi um lapso, pois estava considerado o saldo de gerência de 2024, porque o Orçamento em 2025 chumbou na Assembleia de Freguesia, Portanto, não devia estar contemplado no relatório de gestão.

----- **Membro Luís Souto (IL)** perguntou se esse saldo de gerência também englobava uma cobertura do setor público de transferência. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** respondeu que sim. Tinha que ser retificado.  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Prestação de Contas de 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PS e BE), 2 votos contra (Chega e MEFSV) e 5 abstenções (PSD, PCP e IL)-----

----- **III. Apreciação e votação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2026;**

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que todos os Membros eleitos tiveram conhecimento da proposta número 84 da Administração Autárquica de 2026, consistia na primeira alteração orçamental modificativa, que resultava do encaixe do resultado do exercício do ano 2025, aproximadamente 1.300 euros, juntamente com a receita de um donativo no valor de 65.000 euros. Era o valor mais elevado ali na parte da receita, resultante de um protocolo para as festas dos arraiais de São Vicente, que foi explicado devidamente às forças políticas que estiveram presentes nas reuniões que o Executivo da Junta de Freguesia marcou. -----

----- Quanto à questão da despesa, estava dividida em várias orgânicas, as orgânicas que atualmente existiam na Junta de Freguesia de São Vicente. Tinha também alterações no plano de investimento e no plano de ações, como reforços, criações de novas rubricas para a continuidade de cumprimento das grandes opções do plano desse Executivo. ---

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que na primeira reunião da Assembleia de Freguesia de São Vicente foi tomada uma decisão clara, foi aprovada uma recomendação para a realização de uma auditoria externa à atividade financeira, contabilística e patrimonial da Junta. Essa decisão não foi um detalhe, foi uma posição política clara desse órgão deliberativo no exercício das suas funções de fiscalização do Executivo.--

----- Essa recomendação tinha um objectivo evidente, que era garantir transparência, clarificar o passado e reforçar a confiança no presente, mas o que constatavam era igualmente claro, que o Executivo não deu execução a essa recomendação e isso era um problema político sério, porque uma recomendação aprovada por essa Assembleia não podia ser ignorada como se fosse facultativa do ponto de vista político. Podia não ser juridicamente vinculativa, mas era politicamente vinculante. -----

----- A questão que se colocava era simples, porque não avançou o Executivo com a auditoria? Sobretudo quando sabiam que estavam a iniciar um novo ciclo político. Houve dúvidas e pedidos de esclarecimento no mandato anterior, aliás até houve um Orçamento que foi chumbado e a própria Assembleia considerou necessário esse instrumento de fiscalização. -----

----- Portanto, não avançar com auditoria não era uma decisão neutra, era uma opção política, era uma opção de não clarificar, era uma opção de não escrutinar, era uma opção de não aproveitar um instrumento que reforçaria a credibilidade da gestão. -----

----- Importava acrescentar um dado que tornava essa decisão ainda mais difícil de compreender. Na verdade, o parecer do revisor oficial de contas relativo ao exercício 2025 indicava que as contas estavam em termos gerais elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis, mas identificava claramente reservas e limitações relevantes, nomeadamente quanto a matérias do relatório de gestão e possíveis efeitos associados a essas situações. -----

----- Essa leitura era reforçada pela própria certificação legal das contas, que expressava formalmente uma opinião com reservas, referindo limitações concretas na validação de determinados ativos e na informação disponibilizada, não sendo possível ao auditor pronunciar-se plenamente sobre alguns valores e impactos no resultado do exercício. Ou seja, não estavam perante uma validação plena e sem reservas, estavam perante contas que, embora globalmente enquadradas nas normas vigentes, apresentavam limitações relevantes de análise e validação.-----

----- Isso reforçava ainda mais a necessidade de uma auditoria externa que permitisse aprofundar o escrutínio, clarificar dúvidas e reforçar a confiança institucional e era ainda mais difícil de compreender quando olhavam para a realidade atual. Tinham dois anos consecutivos de prejuízo, tinham um agravamento em 2025 e tinham sinais de continuidade em 2026. -----

----- Perante esse quadro, o que seria esperado? Mais transparência, mais rigor, mais instrumentos de controle e a informação escrita que se ia também discutir tinha um problema de fundo, mas desde já antecipava isso. De facto, descrevia a atividade, mas não demonstrava sustentabilidade. Mostrava execução, mas não demonstrava controle estrutural da despesa. O anexo, aliás, era um bom exemplo disso, porque tinha um detalhe quase exaustivo da operação, nesse caso da deservagem, com registos diários, locais, execução, era pena essa comunicação não ser feita antecipadamente aos munícipes, saber em que dias essas operações eram feitas, em que ruas, tal como outras Freguesias faziam. Mas não tinham, na verdade, o essencial, quanto isso custava? Era eficiente? Era sustentável? Ou seja, controlava-se a operação, mas não se demonstrava controlo estratégico. -----

----- Portanto, isso ligava diretamente com a questão da auditoria, porque a auditoria permitiria exatamente isso, perceber o modelo de despesa, avaliar a eficiência e identificar riscos estruturais. Por isso, o que tinham era uma Assembleia que recomendou transparência e o Executivo que não a executou e um conjunto de documentos que não esclareciam, na verdade, o essencial. Isso levava a uma conclusão clara, estavam perante um problema de opção política. -----

----- Portanto, não avançar com a auditoria era assumir que não seria prioritário esclarecer nem reforçar o escrutínio e isso enfraquecia a confiança. Essa Assembleia pediu mais transparência, o Executivo respondeu com menos transparência, com mais opacidade e quando havia dúvidas e não havia esclarecimento não era a transparência que ganhava, era a desconfiança e a credibilidade das instituições que era posta em causa. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que, antes de mais, queria agradecer por dizer novamente a maior parte daquilo que já foi dito pelo Executivo quanto à questão dos ativos e dos passivos e dos ativos fixos tangíveis que resultaram numa diminuição de 319 mil euros. -----

----- A questão da auditoria, anteriormente já o explicaram e voltavam a explicar. A gestão da Junta de Freguesia de São Vicente, que resultava na prestação de contas dos exercícios na Assembleia ordinária de abril, tinha uma auditoria. Era feita uma auditoria realizada com auditores externos, resultava na prestação de contas, na gestão da Junta de Freguesia e era realizada todos os anos e colocada nessa Assembleia de Freguesia, como resultou no último mandato de quatro anos, no qual esteve presente três como Tesoureira, em que sim o resultado foi negativo. No entanto, as contas e a gestão da Junta eram auditadas de forma externa, não era de forma interna. -----

----- Portanto, continuava-se a colocar a questão de ter outra auditoria externa como recomendação que o Movimento fazia. Sabia que foi aprovada, no entanto, referia no início que a Junta estava a gerir mal os seus meios, mais gastos com pessoal, mais gastos com serviços externos. Não sabia se o Movimento tinha noção de quanto custava uma auditoria externa, mas podia já dizer que não era algo que ficasse em conta. -----

----- Tinham as grandes opções do plano e faziam intenção de as cumprir, foram ali expostas a todos os Membros eleitos. Agora, a questão da auditoria, achava que estar ali com levantamentos de outro tipo de questões, em questões de transparência, os documentos, a situação dos contratos, estava tudo publicado no portal base, como a Lei obrigava. A questão da contratação, contabilidade, estava tudo exposto. Se quisessem ver

documentos, o Executivo teria todo o gosto, o técnico estava responsável pela apresentação dos mesmos e verificar o que achassem necessário. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia uma questão que também mostrava como muito disso era pernicioso. Quando se dizia que uma auditoria servia para avaliar opções políticas, então isso não era uma auditoria. O que a auditoria fazia era avaliar opções técnicas. Isso estava escrito, estava gravado, estava em todo o lado. -----

----- Depois também havia outras. Quando falavam da deservagem, foi felizmente feita por todos os prestadores de serviço e todos os operacionais e todos os trabalhadores da Freguesia, a quem muito agradecia na pessoa dos encarregados gerais, Ricardo Romero e João Bernardo, que tinham feito um trabalho excelente nessa área e que felizmente, ao contrário de outros anos, não foi preciso recorrer a nenhuma empresa para se fazer essa deservagem. Isso também mostrava uma opção de internalizar os custos, mostrava uma opção de tornar a Junta mais capacitada para fazer face, não só às questões da deservagem, como também de calcetamento. Também fizeram um reforço da equipa de calcetamento, como fizeram um reforço das lavagens, já tinham pessoas a fazer as lavagens, já fizeram um reforço da equipa de higiene urbana. -----

----- Portanto, tinham vindo a fazer um reforço. Evidentemente, ainda não era suficiente e nunca seria, porque a pressão em São Vicente era muita, mas isso demonstrava sim aquilo que eram as opções. Portanto, quando falava de deservagem, ainda bem que pegou nesse tema, porque achava que era um excelente tema para mostrar aquilo que em seis meses já fizeram, que foi reforçar a equipa de tal modo que conseguiram fazer isso sem ter que recorrer a uma empresa externa. -----

----- Era esse o objetivo, era continuar a fazer essa linha, continuar a seguir o caminho de equilíbrio das contas e tentar oferecer à Freguesia o melhor serviço possível e aos fregueses o melhor serviço possível. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que analisando a proposta de alteração orçamental, o documento servia para a utilização de 1 milhão e 300 mil euros, que era do saldo de gerência, pegar nesse valor e colocá-lo em ações futuras que a Junta de Freguesia definiu como importantes. Desses 1 milhão e 300 mil euros, havia ali cerca de 1 milhão, não chegava a 1 milhão, que estava dividido em duas rubricas. Uma dizia respeito ao investimento estrutural e gostaria que o Executivo explicasse à Assembleia de Freguesia o que era esse investimento estrutural, o que estava ali realmente em causa. O outro, cerca de 447 mil euros, mais coisa ou menos coisa, dizia respeito a novos contratos de prestação de serviço ou avenças. Também gostaria de obter uma explicação acerca desse valor e de que forma ou em que se baseava o Executivo para fazer um reforço desse valor nessa rubrica. -----

----- O Senhor Presidente ainda agora, nessa última intervenção que fez, valorizou o facto da campanha de deservagem estar a correr bem e disse qualquer coisa como em seis meses já fizeram mais, em seis meses já conseguiram alterar ali algumas coisas e tudo mais, foi mais ou menos assim, a dar a entender que em seis meses já tinham obra feita.

----- A única obra que ainda tinha visto, e essa era factual, era que nessa bancada em vez de estarem cinco estavam quatro. Era a primeira obra visível desse Executivo e pegando um bocadinho nisso gostava de saber porque o Senhor Presidente ficou com as competências todas do Executivo, mas havia uma competência que o Senhor Presidente não tinha, que era a tesouraria. -----

----- Gostava de saber se a Tesoureira não falava acerca de Orçamentos, não falava acerca de contas, só gostava de fazer essa pergunta porque estavam constantemente a ser esclarecidos pelo Senhor Presidente, que obviamente era uma premissa que tinha, e pela antiga Tesoureira, mas era do outro Executivo, não era desse. Nesse Executivo era a Ana Alves, que já na primeira Assembleia não tinha ouvido nada acerca do Orçamento, que

foi discutido ali e até aprovado, e voltava a não ouvir a mesma Tesoureira falar sobre esse orçamento retificativo e gostava de saber se tinha algum motivo para que isso acontecesse. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ficava contente por perceber que grande parte das perguntas e grande parte das questões e das preocupações eram da gestão interna do Executivo, o que demonstrava que propostas concretas, propostas que realmente mudassem políticas públicas para a Freguesia, não existia nenhuma. -----

----- Respondendo às questões relativamente aos prestadores de serviço, achava que era fácil perceber, até porque fizeram várias consultas e que estavam publicadas, consultas ao mercado para reforçar as equipas, fosse a equipa de higiene urbana, fosse a equipa dos espaços verdes ou a equipa do espaço público. Receberam várias candidaturas espontâneas, até falaram com várias pessoas para espontaneamente e proativamente fazerem e achava que isso era do conhecimento geral e também do conhecimento do Membro Bruno Santos, de certeza. Foram feitas várias contratações e um reforço em todas as áreas de prestadores de serviço. -----

----- Evidentemente, tinham mais prestadores de serviço, isso era claro, porque como toda a gente dizia e também muita gente ali na Assembleia, que não tinham elementos suficientes na higiene urbana, que não tinham elementos suficientes em várias áreas. Havia um concurso a decorrer, isso também já foi dito na última Assembleia e depois era essa contradição, porque havia um concurso a decorrer e o que disseram foi que enquanto ele estava a decorrer, evidentemente, quem estava lá ia continuar e depois podiam avaliar se ainda existia necessidade ou não. -----

----- Portanto, por um lado perguntavam se as pessoas que não entrassem no concurso iam continuar ou não, por outro faziam perguntas por haver tantos prestadores de serviço. Evidentemente que se não estavam nos quadros eram prestadores de serviço. Portanto, perguntava-se se existia realmente uma preocupação com as pessoas, ou se existia apenas uma instrumentalização para quando dava jeito ir falar. Uma vez dizia-se o que se ia fazer com as pessoas quando houvesse concursos e os concursos fossem preenchidos, mas afinal havia tanto reforço de prestadores de serviço porquê? Só via ali instrumentalização, no fundo, das pessoas que lá estavam e lá trabalhavam e que, infelizmente, serviam para se jogar de um lado para o outro. -----

----- Achava interessante que a preocupação era essa e isso também quando falavam de poucochinho, isso sim era política de poucochinho. Achava que o PSD, enquanto partido que estava não só no Governo como na Câmara tinha o dever de fazer um bocadinho mais, tinha o dever de elevar um bocadinho mais a política, elevar um bocadinho mais o discurso político, elevar um bocadinho mais aquilo que eram políticas públicas para a Freguesia, para a cidade, levar temas para o debate público que fizessem sentido. -----

----- Quando se fazia esse tipo de política, que parecia que estavam na escola e na associação, não coadunava com depois o Membro eleito Tiago dizer que tinham que ser sérios, mas a seriedade via-se nisso também, no discurso político que se queria ter, nas ideias que tinham para a Freguesia. Portanto, achava que havia uma contradição clara. Esperava um bocadinho mais e esperava que houvesse essa elevação no debate político, porque era que isso que interessava e era isso que as pessoas da Freguesia precisavam, era de elevação para estarem ali a discutir realmente os problemas que tinham na Freguesia. Alguns deles de mobilidade, que era uma discussão que tinham que fazer e que só conseguiam ter com a ajuda da Câmara Municipal de Lisboa e que, proativamente, os Membros eleitos do PSD, que traziam várias mensagens da Câmara Municipal de Lisboa, podiam também levar essa mensagem, que precisavam discutir a mobilidade, precisavam discutir tantos temas. Porque não se levavam esses temas à ordem? Porque não levavam isso? Porque era sempre a mesma política do poucochinho? -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que quanto à questão das prestações de serviço, como disseram na primeira parte dessa sessão, os procedimentos concursais encontravam-se a decorrer, a avaliação psicológica de uma das referências já se realizou, as provas de conhecimentos também dos assistentes operacionais, faltavam as provas práticas do ambiente urbano para ver se concluíam esses procedimentos que estavam em aberto do mandato anterior. Depois sim, fazer uma nova reformulação ao Mapa Pessoal da Junta de Freguesia de São Vicente, verificar efetivamente as novas necessidades, consoante aquilo que eram as competências da Junta de Freguesia e diminuir claramente o número de prestação de serviços, que era isso que foi explicado. -----

----- Os 18 prestadores de serviços que haviam de entrar para o ambiente urbano, consoante a necessidade e o que iria ser falado no contrato de delegação de competências, iria ser revisto consoante o montante que viesse no contrato interadministrativo, se as ecoilhas iriam manter ou não, que também ainda não tinham conhecimento e a questão dos AAAs e dos CAFs e das AECs na área da educação também teria que ser revista, porque à data atual o protocolo existente era só até ao final desse ano letivo. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que relativamente ao fundo de investimento estrutural tinham que voltar um bocadinho a dezembro e conseguiram aquilo que achavam que era um feito, que foi a aprovação das opções do plano por uma larga maioria, tendo havido alguma divergência quanto à questão do Orçamento. As opções do plano, e esse era um esforço que estavam a tentar imprimir na governação, que era ser bastante claros, primeiro no período eleitoral e depois a seguir à tomada de posse, de reassumir todos os compromissos que tinham assumido com a população, de utilizar os compromissos como referencial para a governação e as opções do plano eram uma declinação, nesse caso para o ano de 2026, daquilo que se propunham fazer. -----

----- Da mesma forma, e achava que era um ato que merecia algum reconhecimento, a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia já era organizada em termos das opções do plano, o que facilitava muito do escrutínio que iam ter ali ao longo desse mandato. Uma das coisas que todos compreendiam que em 2026 não era possível fazer seria conseguir fazer todos os projetos que implicavam investimento em 2026 e havia um ponto nas opções do plano que tinha a ver com essa questão do fundo de investimento estrutural, que era o ponto 3.1, que tinha a ver com os projetos da iniciativa da Junta de Freguesia e que era, no fundo, o que em 2026 estavam a trabalhar para projetar nos anos seguintes. -----

----- Essa verba do fundo de investimentos estruturais tinha a ver com esses projetos, como por exemplo a Biblioteca Natália Correia, como também a ideia que tinham do cineteatro para Santa Engrácia, por uma razão muito simples, que havia componentes desses projetos que eram obra efetiva e aí dificilmente seria feita em 2026, como se compreendia, mas havia outro tipo de investimentos que tinham a ver com questões de projeto, ou seja, só podiam fazer uma obra depois de ter o projeto. Tudo o que era 3.1, todos esses projetos que ali estavam e aqueles que estavam nos compromissos e que ainda não estavam ali vertidos seriam lançados a partir desse fundo de investimentos estruturais. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que já não era a primeira, nem segunda, nem terceira, aliás, era sempre que lhe colocava alguma pergunta que o Senhor Presidente não gostava, fazia considerações acerca da forma como faziam política ou tudo o mais. Achava que rasteiro ou baixinho, foi a expressão que utilizou, ou pouquinho, o que achava pouquinho era a sua cultura democrática, porque estava ali para responder às perguntas, gostasse ou não gostasse. Miminhos dava à sua filha, não ia ali para lhe dar miminhos, nem a nenhum Membro do Executivo. Ia ali para fazer o seu papel, o seu

trabalho e o seu trabalho era colocar-lhe questões. Se o Senhor Presidente não gostava, isso era da vida. -----

----- Havia uma situação que também não gostava, que era de os ver ali sentados, mas era da vida, foram os eleitores que assim o decidiram. Além disso, para fazer face àquilo que os eleitores decidiram, não tinha que apresentar propostas nenhuma, porque quem geria o Executivo era o Senhor Presidente e a sua equipa, eram quem tinha que apresentar obra, não quisesse que estivesse a fazer o seu trabalho, era mais o que faltava. O Senhor tinha que apresentar e essa Assembleia discutia, avaliava e no fim votava. -----

----- A cultura democrática era assim, era da vida. Já enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia tinha dificuldade em lidar com o contraditório e com a situação confrontacional com quem não concordava e, pelos vistos, na passagem para Presidente da Junta de Freguesia tinha dificuldade em lidar com perguntas que podiam ser incómodas ou não, mas eram perguntas, fossem na sua ótica pouquinho ou não. -----

----- Havia ali uma situação que era clara, nunca tinha visto numa Assembleia de Freguesia falarem todos os elementos da Junta de Freguesia, à exceção do tesoureiro à cerca do Orçamento. Desculpassem, mas nunca tinha visto. Já não tinham Secretária, pelos vistos também não tinham Tesoureira e estava tudo bem com isso. -----

----- Em relação àquilo que o Senhor disse, à instrumentalização que faziam dos funcionários, estava muito enganado. Sabia que o Senhor Presidente podia eventualmente estar com problemas em relação aos funcionários, mas isso era um problema que tinha que resolver com os funcionários, não era com a Assembleia. -----

----- Na última Assembleia tinha perguntado e só lhe responderam à quarta tentativa, parecia que estavam engasgados, mas lá conseguiram responder, era o que faziam se o concurso chegasse ao ponto de quem venceria o concurso não estar dentro da Junta de Freguesia, o que faziam em relação às pessoas que eventualmente tivessem a mais. A muito custo disseram que tinham que as dispensar. -----

----- Aquilo que queria exatamente perguntar e começara pela pergunta que tinha feito em relação a esse reforço, era se essas pessoas que eventualmente estavam a mais não podiam servir para evitar esse reforço que ali estava e serem alocadas a um outro serviço, a uma outra função. Era isso que queria perguntar, na defesa precisamente dos colaboradores. Portanto, essa instrumentalização que o Senhor Presidente estava a dizer que fazia, não a tinha feito. A única coisa que lhe perguntara foi uma coisa direta. -----

----- Sabia que custava, sabia que o Senhor Presidente contorceu na cadeira e tudo mais, mas era da vida. Ia repetir aquilo que disse, não estava ali para lhe dar mimosinhos, dava mimosinhos à sua filha. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ficava feliz em saber que o Membro Bruno Santos dava mimosinhos à filha, também dava mimosinhos ao seu. Portanto, pelo menos em termos de parentalidade estavam os dois muito bem e isso era importante. -----

----- Achava que era interessante perceber, porque a questão do pouquinho foi uma questão levada pelo Bruno, depois dizer que não gostava de juízos de valor e fazia juízos de valor, isso mostrava várias coisas. Falou de política, de democracia e falou de diálogo, que o Presidente não gostava de diálogo, mas quando falava de levar propostas era por uma questão muito simples, quem queria fazer política democrática tinha que estar disposto a levar propostas para fazer política, para assim entrar no diálogo. Se não havia propostas em nada, não havia diálogo democrático. -----

----- Isso eram as regras do jogo da democracia. Se a Assembleia da República não funcionasse assim, ou se os órgãos não funcionassem assim, então ninguém fazia propostas. Então, os deputados, os Membros da Assembleia não faziam nada, estavam à espera que fosse lá e apresentasse as coisas. Isso não funcionava assim e era por isso que existia democracia. Bem-vindo à democracia, ela funcionava assim. -----

----- Relativamente à questão dos prestadores de serviço, ia voltar a repetir o que disse na sessão passada e também na presente reunião. Iria ser feita essa avaliação e perceber se havia necessidade de continuarem. Sempre disseram isso e era por isso que, mais uma vez, levantava a contradição. Quando via que havia um reforço de prestadores dizia que estavam a reforçar os prestadores, deveriam estar era a cortar os prestadores, mas ao mesmo tempo contradizia quando perguntava o que iria acontecer aos prestadores que não ficassem, quando achava que tinham que cortar. Era só isso que salientara, essa contradição que era clara. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que a contradição estava na proposta do Senhor Presidente, porque se havia colaboradores para cortar, como aparecia uma proposta para reforçar? Se foi assumido na última Assembleia que havia pessoas que eventualmente estivessem a mais, iam ser dispensadas, foi ali dito e não foi pelo Senhor Presidente, porque não teve essa coragem, quem disse foi o Vogal Tiago e aquilo que estava a apontar era precisamente essa contradição, havia pessoas que iam ser dispensadas e ao mesmo tempo havia um reforço para a prestação de serviços e serviços de avença. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era esse tipo de debate que queria evitar, mas aconselhava a ir outra vez ver a Assembleia de Freguesia, porque achava que não viu, mas aconselhava a ver e depois ia perceber. Acreditava que não quisesse mentir, provavelmente não tinha visto muito bem. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que queria manifestar uma grande preocupação e fazia o retrato em três etapas. -----

----- Pegando no ano de 2025, tinham 5,7 milhões de euros de custos correntes e um investimento de capital de 0,49 milhões. Ou seja, estavam a falar em 6,1 milhões de euros de custos com proveitos de 5,2 milhões. Isso queria dizer que no ano de 2025 tinham um prejuízo líquido de 900 mil euros. Esse foi o retrato, tudo bem. A gerência atual não tinha culpa, quem teve culpa não queriam saber, iam aprovar e ver a partir de agora. Estava ali para fiscalizar o seguinte, o que estava passado iriam ver. -----

----- Problema seguinte, foram votar o Orçamento para o próximo ano, que era 2026, nesse primeiro Orçamento, tinham aprovado em termos de despesas orçamentais 5,6 milhões de euros, com custos de 5,6 milhões de euros. Compreendia porque as contas não tinham sido aprovadas, ou seja, não tinham sido aprovadas as contas do ano anterior, o saldo de gerência não podia transitar e não podiam afetar. Algumas Juntas de Freguesia o fizeram, mas depois tiveram um problema nas votações e tiveram acertos no relatório de contas e os Orçamentos não seriam aprovados. -----

----- O que isso queria dizer então? Nesse retrato que aprovaram, em que tinha abtido, a Iniciativa Liberal dissera que tinham 5,6 milhões de euros de custos, o mesmo nível de custos que tinham em 2025, em termos de custos correntes, dizia que não era possível fazer as Grandes Opções do Plano com 5,6, porque no ano passado já tinham gasto 6,1. Ou seja, havia ali qualquer coisa que não estava a enquadrar, absteria, iam ver, muito contente porque estavam a falar em contas certas. Gostavam das contas certas, muito bem, tinham 5,6 milhões e gastavam 5,6 milhões. -----

----- Qual era o problema agora? Agora tinham a possibilidade de gastar mais 1,4, porque tinham saldo de gerência anterior, que com a aprovação das contas podia transitar e podiam afetá-lo. Como estava a ser proposta essa afetação? Investimento em capital, 40% e 60% essencialmente em acréscimos de pessoal e subcontratações. Ou seja, houve contratações fixas agora, então porque foi preciso orçar tanta necessidade para subcontratação ou tanta necessidade para pessoal? Via ali um grande problema, era que no próximo ano isso ia ser um problema em termos de contas, porque não via nenhuma medida que ajudasse a diminuir o passivo corrente. -----

----- Estava com alguma expectativa ao ler as contas, mas ficara um bocado defraudado com a proposta da afetação do 1,4M. Ou seja, enquanto empresa queria dar lucro, enquanto autarquia concordava que tinham que gastar o dinheiro, mas gastá-lo de forma eficiente e bem gasto e por isso tinha insistido naquele ponto. A Junta Freguesia dependia em 92% do setor público estatal e não havia nenhuma medida ali a dizer que podia aumentar as receitas de outra forma. O que queria dizer que no próximo ano dificilmente iria ter lucro, dificilmente ia conseguir suportar custos que estavam ali, porque não via nenhuma medida tendente a reduzir esses custos correntes. -----

---- Era evidente que via na Iniciativa Liberal estarem sempre a acusar com os empresários e o capital e essas coisas, deveriam afetar mais ao investimento para o investimento gerar resultados. Essa era a questão e não via no Orçamento, nessa proposta orçamental, nenhuma rubrica, nenhuma medida que implicasse aumento dos resultados, mas sim gastos que depois também perguntava no ano seguinte, se houvesse problemas, conseguiriam desajustar esses custos que estavam ali. Ou seja, estavam a falar de remunerações na ordem dos 400 mil euros, que já estavam programados porque iam ser contratadas pessoas, e estavam a falar depois também de aquisição de bens e serviços de mais 332 mil. Se isso corresse mal conseguiam travar? Na sua empresa travava, mas isso não era uma empresa. Só deixava essa questão à consideração. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que também gostaria de voltar a dezembro, porque as questões colocadas eram relevantes, mas não eram uma novidade. Era por isso que o primeiro ponto das opções do plano, onde já deram passos evidentes e claros, tinha que ver com ganhos de eficiência, robustecimento de capacidades, avaliação. A questão da orgânica fundia-se com isso e havia um conjunto de esforços que estavam a fazer, como por exemplo a internalização de serviços, que a longo prazo racionalizava a despesa. O Senhor Presidente já falou da questão da limpeza e também da questão da segurança. A própria forma como estavam a trabalhar na gestão da deservagem evitava que tivessem que recorrer à contratação externa. -----

----- Relativamente ao pessoal, tinham que compreender que nesse momento tinham um dilema, que era por um lado um quadro de pessoal que ainda não estava preenchido, em assistentes operacionais para ambiente urbano eram cerca de 18 postos e que a verba tinha que estar necessariamente bloqueada nos custos com o pessoal. O objetivo era essas pessoas que tinham como recibos verdes passassem para o quadro de pessoal e, portanto, as verbas com prestação de serviços iriam reduzir necessariamente. -----

----- Uma das outras coisas que era preciso avaliar, aliás, até se lembrava de terem falado especificamente sobre esse ponto, que era a questão da diversificação das fontes de financiamento para conseguir implementar projetos. Essa era uma das formas e havia uma outra coisa que tinham que fazer e que estavam a fazer, que era perceber, na medida em que prestavam um serviço e quando o serviço tinha necessariamente como contraprestação o pagamento de uma taxa, se a taxa aplicada tinha a racionalidade, ou seja, se cobria efetivamente os custos que a Junta de Freguesia tinha com isso. -----

----- Esse era um processo que estavam a fazer do zero, porque atualmente, em termos de taxas de ocupação de espaço público, por exemplo, não tinham um regulamento próprio e teriam que ter por uma razão muito simples, porque São Vicente tinha especificidades do ponto de vista da pressão que os obrigava a uma outra prestação de serviço que outras Freguesias em Lisboa não tinham. Portanto, quando falavam em avaliar a prestação de serviço, também tinham que avaliar o serviço que andavam a prestar e se as taxas correspondiam ou não a uma contraprestação. -----

----- Além disso, também havia outro tipo de avaliações que faziam em programas que continuavam a garantir em 2026, que existiu em 2025 e que tentavam ao máximo fazer uma racionalização de despesa porque compreendiam que essa estrutura de custo não era

possível para sempre. Portanto, não queriam estar, antes pelo contrário, na circunstância de ter que deixar de executar esses programas porque não tinham a verba. Agora, havia uma coisa que não faziam, não travavam no meio da autoestrada. Percebiam o problema, implementavam as medidas de forma progressiva que tinham que implementar e iam avaliando. -----

----- **Membro Silvia Ferreira (PS)** disse que queria só esclarecer um ponto. Esperava que não estivesse a ser transmitida, não pelo Executivo, mas por outras fontes, uma informação errada aos trabalhadores que não eram do quadro, porque em boa verdade a Câmara, quando contratava um serviço era o serviço, não contratava a pessoa X, Y ou Z. Um trabalhador que não tinha um contrato sem termo podia, num concurso público, não ficar nesse concurso público que era aberto e de livre concorrência. Portanto, para se ser claro com as pessoas, havendo um esforço e um trabalho e um dever de quem contratava de dar estabilidade ao longo dos tempos, tinha sido uma prioridade tanto na legislação geral do trabalho como nos Executivos também do Partido Socialista. Era errado andar a dizer às pessoas que elas, porque já trabalhavam na Junta e tinham um contrato de prestação de serviços, iriam ficar nos concursos públicos. -----

----- Um concurso público a que a pessoa devia concorrer e que era preciso ver se a Junta devia ou não abrir porque se fossem necessidades permanentes sim, se fossem necessidades temporárias era melhor servida por um contrato de prestação de serviços, porque era temporária e essa avaliação tinha de ser feita devidamente. Obviamente, sabiam que era difícil quando se mexia com a vida das pessoas, mas não se podia andar a ludibriar as pessoas e a dizer que o Executivo tinha a obrigação de ficar com elas, porque isso podia não acontecer. A Lei não era assim que funcionava e as pessoas tinham de estar informadas e tinham de saber a verdade sobre isso para gerirem a sua vida, concorrerem a outros concursos, concorrerem na Freguesia ao lado, concorrerem no Município ao lado, as pessoas tinham de saber a verdade para gerir a sua vida. -----

----- Essa transparência era devida a todos e não podiam andar a ludibriar e a enganar as pessoas, pondo a vida delas também e a frustração em cima da mesa.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PS e BE), 5 votos contra (PSD, Chega, IL e MEFSV) e 2 abstenções (PCP)-----

----- **IV. Apreciação e votação do Regulamento das atividades da Freguesia de São Vicente em 2026;**-----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que gostaria só de fazer uma nota prévia quanto ao regulamento. Esse era o primeiro regulamento que a Junta de Freguesia levava a essa Assembleia de Freguesia. Entretanto, colocaram mais dois em consulta pública, estavam disponíveis no site da Junta e também no Diário da República, como era obrigatório. Aquilo que tentavam fazer, e pensava que até numa primeira abordagem com algum sucesso, era tentar enquadrar o melhor possível aquilo que estavam a fazer, avançar logo algumas justificações e explicações. Era o caso especificamente desse regulamento, que tinha a particularidade de, na medida em que tinha a ver com atividades que começavam já em maio, havia um carácter de urgência na sua aprovação. -----

----- Esse regulamento tinha uma segunda especificidade, ter aumento de taxas, adequação de taxas. Aquilo que tentaram fazer, o que era um exercício pioneiro na Junta de Freguesia de São Vicente, pelo menos quanto lhe era dado a perceber, que era elaborar uma fundamentação dessas taxas que, naturalmente, aumentava a transparência e permitia uma melhor discussão. -----

----- Quanto ao regulamento, ele no fundo fixava regras para um conjunto de atividades, fossem as férias para crianças, adultos, passeios para excursões, tentando no fundo

estabilizar à partida os critérios de acesso para que a população soubesse quais eram os critérios que levavam à decisão. -----

----- Depois havia uma segunda parte, que era relativamente às taxas dessas atividades, também às taxas do arraial de São Vicente e também às taxas da utilização privativa do espaço público para finalidades de arraiais. Depois, se houvesse alguma questão, podia tentar explicar. -----

----- Por exemplo, quanto à questão dos critérios de acesso, dar só uma nota que lhe parecia muito importante, que tinha que ver com a questão das isenções. Ou seja, compreendiam que para algumas pessoas as participações eram, não diria irrisórias, mas não eram pesadas, para outras poderiam ser. Não queriam que a condição socioeconómica de quem pretendia participar nas atividades fosse uma razão de exclusão, faziam já um avanço que parecia significativo na forma de modelar as isenções. Normalmente, os critérios de apoio social usavam por referência a pensão social de velhice e introduziram também, além da pensão social de velhice, o indexante de apoios sociais para, no fundo, criar um regime que fosse mais progressivo nas isenções e à partida mais justo. -----

----- Dar uma nota para finalizar, que esse regulamento não procedia a nenhuma alteração ao regulamento dos arraiais de São Vicente relativamente àquilo que era o modelo e os critérios de acesso e que, em virtude também da urgência na sua aprovação e aquilo que o justificava, o regulamento expressamente previa que o prazo de vigência cessava a 31 de dezembro de 2026, o que significava que essas matérias, com exceção das relativas ao pagamento da participação nos CAFs e nos AAFs que já estavam fixados para essa Assembleia de Freguesia, no fundo teriam que ser novamente discutidos e aprovados por essa Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que relativamente à questão do artigo 12 das isenções gostaria de parabenizar que existissem. No entanto, gostaria de perceber como isso funcionaria a nível de papelada, porque nessa Freguesia tinha havido uma execução muito baixa de tudo o que era o FES Câmara Municipal e o FES Freguesia e aquilo que ouviam enquanto eleitos na rua era que a questão burocrática de papelada muitas vezes seria um travão para que as pessoas recorressem a esse tipo de ajuda. -----

----- Também gostariam de perceber na questão das isenções para essas atividades, se isso tinha um processo mais simplificado que não deixasse efetivamente de fora, tal como referiram e muito bem, pessoas que por carência socioeconómica não fossem impedidas de poder participar, tal não era a burocracia para poder candidatar-se a essas atividades. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que era incluir também a questão da isenção de pessoas com deficiência. -----

----- Queria dar nota que não exigiam atestado multiusos. Podia ser uma complicação porque nem toda a gente tinha esse certificado e, portanto, admitiam que houvesse outras formas. Para outras questões de necessidade, naturalmente, esse regulamento não tinha efeito, mas para efeito dessa isenção apenas exigiam uma forma que fosse adequada de o demonstrar, não sendo preciso o certificado multiusos. -----

----- Relativamente às isenções, era sempre necessário a entrega de documentação. Faziam um esforço de que o processo fosse simples e até de ir ao encontro da pessoa para se apoiar nesse processo. -----

----- Havia ali uma coisa nova, era no fundo estarem a tornar elegível a um universo que nesse momento não estaria no radar das políticas sociais, porque estavam a ir até ao indexante de apoios sociais, pelo menos no que tocava aos apoios que não fossem do FES Município. Pensava que até havia uma vantagem em fazer esse trabalho, porque eventualmente com esse trabalho iam identificar situações na Freguesia que não estavam

identificadas, mas que precisassem de acompanhamento e que através desse processo as iam identificar de uma forma proativa. -----

----- Portanto, para resumir, fariam um esforço para que o processo fosse o mais simples possível. Naturalmente, tinham que salvaguardar alguma veracidade das situações, mas fariam tudo para que fosse simples. Além disso, enquanto o processo estava a correr, a pessoa nesse caso tinha uma isenção de pagamento à partida, ou seja, quem alegasse que estava numa situação económica desfavorável não pagava participação logo que fazia a inscrição. Tinha essa exceção, foi expressamente prevista. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que o que estava em causa nesse ponto era se mediante essa votação iria ter grandes problemas psicológicos, porque por um lado o seu partido era completamente contra o aumento de qualquer tipo de taxas. De qualquer maneira, tinha estado a ver, essas eram fórmulas que por outro lado também estavam a defender aumentos das receitas para a autarquia. -----

----- Agora queria ver como os seus parceiros de bancada o iam ajudar neste aspeto. O seu partido completamente contra, via as fórmulas e achava que sim, muitas das taxas não eram aumentadas há algum tempo, havia ali grandes aumentos de taxas, mas era uma fórmula económica, era uma fórmula que permitia a viabilização dos eventos. Por isso, agora deixava ali aos seus colegas de bancada nomeadamente, para ver se o ajudavam a resolver por um lado a questão liberal, que era completamente contra taxas, por outro lado a analisar claramente que era necessário aumentar taxas, porque senão qualquer dia não tinham festas com esse modelo de gestão. Por isso ajudassem, que queria resolver esse problema. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que pensava não haver razões para preocupação. Primeiro, não estavam a falar de impostos, estavam a falar de taxas e as taxas tinham um princípio sem o qual não podiam sequer existir, que tinha a ver com a contraprestação. Portanto, na verdade, quando se falava em aumento de taxas, aquilo que estavam a fazer era uma adequação do valor de taxas. Aumento era se elas estivessem no nível de equilíbrio económico e quisessem ir buscar mais algum tipo de receita, mas não era manifestamente esse o caso, não se tratava de impostos, eram taxas. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** agradeceu o esclarecimento. -----

----- Disse que tinha ouvido ali duas palavras super-interessantes da parte do Executivo. O primeiro foi que eram pioneiros e quando eram pioneiros, acreditava que fosse por algo benéfico. O segundo, que esse documento aumentava a transparência. Para quem o leu, ou para quem tentava perceber como as taxas funcionavam, para existir um aumento de taxas devia existir ou devia-se cumprir alguns parâmetros que a Lei dizia. Depois tinham três ou quatro pontinhos onde podiam tentar fugir para não cumprir dessa maneira. ---

----- Ficava extremamente feliz porque o Executivo acabou por informar que nesse momento tinha dois projetos que estavam em consulta pública. Podia ter três, porque esse também lá devia estar. Quando foram na primeira Assembleia ali já iam com esse pensamento, que essa aprovação de taxas e essa mobilização de pessoas era enorme porque queriam saber o que ia acontecer, qual era o seu espanto quando essa Assembleia era interrompida e na realidade todas as pessoas que estavam ali nem noção tinham. Provavelmente muitas delas nem tinham ainda noção do que seria esse aumento. -----

----- O aumento não era um aumento qualquer, era um aumento extremamente significativo e por ser significativo ele tinha que ter padrões a cumprir. Então ia tentar justificá-los, até porque na apresentação, até na falha da Lei conseguiam falhar. Alegavam uma audiência prévia e isso não era uma audiência prévia, era uma consulta pública. Na parte da audiência pública dizia o seguinte: “Quando o número de interessados é elevado, tem que se fazer uma consulta pública”. O que significava que nem uma consulta pública fizeram, nem uma audiência prévia. Por isso não conseguia

perceber qual era a parte da fundamentação, mas já percebera que o Vogal Tiago estava à procura. Referia porque quando iam para a Assembleia faziam o trabalho de casa e quando faziam o trabalho de casa não era um jogo político, era mesmo defender as pessoas que estavam ali e que elas soubessem como as coisas funcionavam. -----

----- Não estavam a falar de aumentos significativos, mas estavam a falar de aumentos de 1700 euros para 3067, estavam a falar de dois mil e pouco para cinco mil e pouco, que não eram aumentos residuais. -----

----- Outra coisa que o Vogal Tiago também acabou por dizer, que efetivamente esse regulamento seria aprovado até 2026, o que iria acontecer em 2026? Iam triplicar essas taxas? Iam duplicá-las? Iam metê-las a consulta pública? -----

----- A falta de rigor era tão grande que caíam na própria armadilha. Ao invocarem o artigo 100 esqueciam-se de o ler até ao fim, porque na alínea c) do número 3 do artigo 100 dizia expressamente que quando o número de interessados era de tal forma elevado que a audiência se tornasse incompatível, devia nesse caso proceder-se a uma consulta pública. Por isso, aquilo que gostava que pudessem de uma forma simples explicar a todas as pessoas, e as pessoas estavam ali para perceber também esses aumentos, era a razão de não terem feito uma consulta pública. Já sabia que a resposta era porque não tiveram tempo. -----

----- A consulta pública demorava mais ou menos um mês, um mês e pouco. Caso tivesse noção, estavam ali eleitos mais ou menos há sete meses, seis, não sabia os dias, mas certamente há mais de um mês e meio. Por isso, provavelmente essa consulta pública devia ter sido feita. Todas as pessoas que estavam ali, que eram interessados, podiam ter colocado todas as questões e obviamente que pela parte do PSD iriam votar contra esse aumento dessa forma, porque não fazia sentido. -----

----- Agradecia imenso que não transparecessem para toda a população que se esse aumento não fosse feito os arraiais não eram feitos. Eles sempre foram feitos sem esse aumento e iriam continuar a ser feitos. Era uma indignação muito grande e achava que ficava mal passarem isso para a população. O arraial ia continuar a ser feito, fosse com esse aumento de taxas ou sem esse aumento de taxas. Com esse aumento de taxas, o PSD efetivamente iria votar contra, até porque achavam que isso tinha que passar por uma consulta pública obrigatoriamente. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que quando levavam o discurso preparado para uma intervenção e depois eram apanhados pelos acontecimentos podia acontecer isso que aconteceu ao eleito do PSD. Tinha o discurso todo montado em torno da consulta pública, porque eventualmente não tinha mais nada para dizer sobre o assunto, tanta coisa que nesse regulamento eventualmente suscitaria e nem uma questão levantada. -----

----- Relativamente à questão de artigo mal identificado, o regulamento falava em audiência dos interessados, que se aplicava no procedimento regulamentar e na verdade, no procedimento regulamentar nem sequer era necessário que houvesse consulta pública. Aquilo que faziam era uma coisa muito simples, não andavam a fazer procedimento de constituição de interessados porque, em rigor, poderiam abrir, dizer a toda a população que estava aberto o procedimento para aprovação desse regulamento, quem quisesse constituía-se como interessado e se ninguém aparecesse a formalidade estava cumprida e não teriam que ouvir ninguém nem fazer consulta pública. -----

----- Não usavam esse procedimento, passavam logo para a consulta pública quando tinham que fazer. Consulta pública era uma forma de audiência dos interessados que, de facto, ia quando? Imaginando que abriam procedimento para a constituição de interessados e apareciam 200 pessoas e pensavam se faria sentido ouvir essas 200 pessoas ou fazia sentido fazer consulta pública. Era para isso que a alínea c) do artigo servia.--

----- Passado isso, porque não parecia ser manifestamente uma questão, relativamente a estarem há seis meses, uma coisa que evitavam fazer era regulamentar e depois ir ver o que fariam a seguir. Não era boa política. Ou seja, o regulamento tinha que ser, na medida do possível, regras gerais e abstratas para um programa de política que foi definido à partida e esse programa de política foi, como bem sabiam, definido com um procedimento que até teve a auscultação da população numa sessão pública. Esse e muitos outros, da mesma forma que os partidos, antes da Assembleia de Freguesia, foram ouvidos especificamente sobre os arraiais. -----

----- Portanto, parecia-lhe que o argumento da consulta pública do ponto de vista jurídico não procedia e usar argumentos jurídicos para não conseguir veicular, ou porque não queriam, ou porque não sabiam o que haviam de dizer, uma posição política, não era boa ideia. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que entendia essas conversas todas de alínea c) alínea d), tudo e mais um par de botas, mas o que ali se passava efetivamente era aquilo que o eleito Tiago dizia, tinha razão. Estavam a aumentar as taxas de uma forma muito bruta, que deveria de ser gradual. -----

----- Não estava a dizer que era contra que se pagasse fosse o que fosse, o que achavam era que esse aumento não devia ser tão estrondoso. Era essa a questão, esse aumento ser tão abrupto para a vida das pessoas e isso tinha impacto no dia-a-dia. Percebia as alíneas, os 169, os 199, mas no concreto as pessoas passavam de pagar 1.700 para 3.000 e outros casos, para os não recenseados os 5.000. Isso era o que importava, isso era o dia-a-dia e a vida das pessoas e a carteira das pessoas que estavam a falar. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ficava bem, estavam ali os feirantes, depois na altura das campanhas diziam-se algumas coisas, depois diziam-se em outras e era sempre assim a lógica. -----

----- Como já foi ali referido e muito bem pelo Membro eleito da Iniciativa Liberal, não se aumentavam taxas porque se queria. Depois essas contradições, diziam que a Freguesia estava muito mal, os orçamentos estavam péssimos, iam entrar em contas negativas para de repente, afinal, não existirem contas negativas, estava tudo muito bem, podiam não ter essas taxas. -----

----- Como o Eleito Tiago disse muito bem, as taxas não eram um imposto, havia uma contraprestação, que não era de qualquer maneira essa taxa que cobria a mínima contraprestação que a Junta de Freguesia dava e, portanto, o que faziam era perceber que a taxa não era aumentada há mais de cinco anos, perceber que a contraprestação que tinham que ter era para conseguir dar sustentabilidade a esse arraial. Percebia que era difícil, ninguém gostava de ser a pessoa que levava as más notícias, mas a verdade era que não se aumentaram as taxas até agora, não se aumentaram porque sabiam sempre que isso ia acontecer- -----

----- Sabia-se perfeitamente que a continuar esse nível de taxas, esse não aumento de taxas, eventualmente os custos que a Junta de Freguesia seriam incomportáveis e, portanto, tinha que ser. Quando se falava ali, gostavam muito de falar de responsabilidade, mas era mais uma vez instrumentalização. Responsabilidade só servia para alguns casos, mas quando ficava bem dizer isso porque estavam ali feirantes já era outra coisa diferente.-----

----- A responsabilidade da Junta era continuar com os arraiais, fazer com que os arraiais estivessem cada vez melhor e era fazer com que a Freguesia conseguisse ter arraiais não só esse ano, mas para o próximo ano, depois do próximo ano, depois do próximo ano. Eventualmente, como disseram que não gostavam de os ter lá, eventualmente quando pudessem ser a decidir. -----

----- Portanto, era isso que queriam, deixar os arraiais para o futuro e fazer o arraial que continuasse a ser não só um arraial reconhecido em toda Lisboa, mas eventualmente em todo Portugal e para isso acontecer sabiam que às vezes tinham de tomar decisões difíceis, mas não tinham medo de tomar decisões difíceis. Não tinham medo de assumir, não tinham medo de assumir quando tinham contingências, não tinham medo de assumir quando havia dificuldades e que tinham que tomar decisões que ninguém gostava de tomar e eram os primeiros a fazer, não andavam nesse joguinho, porque era realmente um jogo, que agora já podiam dizer o contrário e dizer às pessoas que o arraial ia realizar de qualquer maneira, quando sabiam que isso não era verdade. -----

----- Tinha informado dos dados e despesas, tinham que fazer com que o arraial fosse sustentável e mais uma vez precisavam de ser honestos relativamente às pessoas. Ninguém gostava de dar más notícias, mas quando elas tinham que ser dadas seriam os primeiros a dar olhos nos olhos, cara a cara, a falar, porque era isso que estavam ali a fazer. Não estavam ali para enganar ninguém e não estavam ali, sobretudo, para ter essa conversa de instrumentalização. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que ficava extremamente contente de perceber que o Presidente falava tanto do seu nome, também gostava muito dele, mas uma das coisas que queria dizer era simples, honestidade começava quando reunia com essas pessoas e à frente delas devia ter admitido o aumento que iam ter e não o fez. Honestidade começava quando reunia com Membros da Assembleia que deram a sua opinião, também disseram que os arraiais deveriam ser aumentados porque já não eram há muito tempo, perguntaram quanto era o aumento e também nunca o souberam. Isso para si era honestidade, isso para si era ser verdadeiro. -----

----- Havia uma coisa que nunca poderia acusar, principalmente essa bancada, era que de honestidade e frontalidade teriam sempre, iriam sempre assumi-la. Quem tinha que assumir essas coisas era o Executivo, porque foram os eleitos, mas assumissem com antecedência porque na realidade se tivessem assumido isso com antecedência e com transparência, na semana passada não tinham essa Assembleia cheia e agora também não teriam essa Assembleia cheia. Levaram até ao limite dos limites para que essas pessoas soubessem o real aumento. Fizeram reuniões com os feirantes, assumissem lá, fizeram outra reunião a seguir, assumissem lá, estiveram ali a semana passada, assumissem também, porque não o fizeram? Ainda não estava estudado, mas agora ia ser mais preciso, há seis meses mais ou menos agora, mas ainda não tiveram tempo de assumir. -----

----- Achava que na realidade isso era uma questão de seriedade e voltava a dizer a mesma coisa, as taxas tinham que ser atualizadas, dissera-lhes à frente, não tinha qualquer problema de assumir novamente, mas passar de 1.700 euros para 3.000, para 5.000 no mês, sinceramente, isso não conseguia entender e achava que não se iriam conseguir justificar. -----

----- Falando para as pessoas que queriam ouvir, para perceberem a preocupação, a preocupação da Assembleia iniciar com essa bancada cheia foi porque assim ia passar, senão não passava, era chumbado esse regulamento, aí estava a preocupação deles, era nisso, era que avançou de forma ilegal, que era uma ilegalidade, que ao longo dessa transmissão já receberam várias mensagens de pessoas com toda a credibilidade a dizer que era ilegal o que estava a acontecer ali. Eles só deram poder e deram continuidade a essa Assembleia para esses valores passarem, porque senão não passavam garantidamente. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que também já recebera várias mensagens de pessoas a corroborar a sua opinião. Era tão legal como essas e, portanto, achava que estar a imputar à Mesa que tinha algum tipo de interesse na passagem... só queria esclarecer a imparcialidade da Mesa nesse aspeto. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que queria reiterar aqui aquilo que já tinha dito. Não estavam ali a dizer que não eram a favor de uma atualização de uma taxa que não era atualizada há cinco anos, o que estavam a dizer era que essa atualização tinha que ser gradual, não podia ser tão abrupta como aquela que estavam ali a propor. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que para responder à pergunta de porquê não se ter falado disso na última Assembleia de Freguesia a resposta era simples, porque o PSD não quis. Essa resposta estava gravada, era confirmável. Essa foi a razão pela qual não se discutiu na passada Assembleia de Freguesia. -----

----- Relativamente a querer ter ali três pessoas que não deveriam estar, não mandavam na Assembleia de Freguesia e esse tipo de narrativas desqualificava o órgão do qual fazia parte. -----

----- Relativamente à questão do aumento de taxas, já viram muita coisa. A consulta pública foi, no fundo, um pretexto para se ter ali algum tipo de arma política ou de argumento político, mas não funcionou. O PSD falava das taxas, mas ainda não disse quanto considerava, porque era isso o outro reverso da equação, quanto considerava que a Junta de Freguesia devia financiar para manter um suposto aumento de taxas que o PSD teria na cabeça. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que para além de não serem executivos, sabia que o Vogal de Tiago não estava presente na reunião onde foram ouvidos sobre os arraias, mas por acaso até falaram de valores e podia transmitir ali. Quando reuniram e quando lhes disseram que realmente tinha que haver um aumento de taxas, concordaram e até referiram que achavam que as taxas, no máximo, deveriam ter mais ou menos à volta dos 2.000 euros, onde lhes dito que não chegava e, então, perguntaram quanto e foi-lhes apresentado. -----

----- Não estavam ali para iludir ninguém e a si não ficava mal, porque estava lá. Ficava mal era que não conseguissem ser representados pelos vossos... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que era um bocadinho aquele pensamento de que pagar impostos era mau e pagar taxas era mau. A verdade era que, nos últimos anos, a Freguesia de São Vicente construiu um arraial exemplar e para continuar a ser um arraial exemplar ele precisava de infraestruturas, de limpeza, de segurança, de condições de circulação. Em boa verdade, houve alguns anos em que as coisas não correram tão bem e todos sabiam. Há mais de 20 anos, quase 30, que fazia o arraial todas as noites mais fortes, das seis da tarde às sete da manhã, e sabia as condições de mais ou de menos segurança que foram existindo ao longo do tempo. -----

----- Obviamente, isso era uma contrapartida de uma atividade que era lucrativa e comercial boa, positiva para a Freguesia, para quem a disponibilizava e para quem dela beneficiava e para garantir que ela continuasse a existir de facto com sustentabilidade, segurança, meios e infraestrutura, era preciso fazer uma atualização da taxa. Agora que toda a gente dizia que era preciso fazer uma atualização da taxa, ninguém dizia que ela estava abaixo daquilo que era o valor adequado durante cinco anos. Portanto, esse impacto agora podia ser substantivo relativamente ao que existia, não queria dizer que fosse elevado ou desadequado. -----

----- Uma coisa era o valor estar acima daquilo que era a média, outra coisa era o valor estar abaixo daquilo que devia estar e durante cinco anos não ser atualizado. Obviamente, esse primeiro aumento podia ser mais significativo. Não ia entrar ali na discussão do que eram, porque em boa verdade, para dizerem que era mais ou menos e o que devia ser justo ou não, era preciso ter critérios e ninguém falou desses critérios. Obviamente, não ia entrar nessa discussão porque também não os tinha, mas para acusarem de mais, de menos, de muito, disto e daquilo, era preciso dizer quais os critérios para dizer que era

muito, quais os critérios para dizer que era equilibrado e quais os critérios para dizer que antes era pouco e agora era demais. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que depois iriam falar dos critérios para se perceber, porque depois os critérios eram quanto queriam que a Junta perdesse, porque nunca se ganhava nada. Portanto, depois podiam falar dos critérios. -----

----- Iam avaliar tudo e para o ano até podiam avaliar não só a questão dos feirantes, mas também a questão das coletividades, como se inseriam no arraial. Tudo isso ia ter que ser avaliado, eventualmente, para que houvesse alguma sustentabilidade. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que isso era extremamente importante, porque tinha-se falado da questão da transparência e que não era transparente. Tentaram ao máximo pôr ali tudo, dizer quanto ficava o arraial de custos diretos, ou seja, de contratações fora da Junta. Nem sequer estavam considerados o quanto custava afetar a Junta de Freguesia aos arraiais. Era posto esse valor, era utilizado o número de expositores máximos em arraiais, que não tinha que ser necessariamente o número de expositores desse ano. Eram usados cerca de 40 expositores como referência. Depois dizia-se qual era o coeficiente de pagamento por parte dos não residentes e qual a relação com os residentes. -----

----- Portanto, o que o PSD tinha que dizer era quanto queria afinal que os não residentes e os residentes pagassem, ou melhor, quanto queriam que a Junta de Freguesia perdesse.

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria só reforçar, os critérios estavam ali. Não olhavam para o ar e lembravam de fazer esse valor. Havia critérios e podiam ver os critérios que utilizaram para chegar a esse valor. Havia uma contraprestação. -----

----- Não podiam andar ali em que nesse dia apetecia que fosse um bocadinho mais gradual, menos gradual. Estavam ali critérios e podiam contestar os critérios, podiam contestar a fórmula, podiam contestar os critérios, podiam contestar os valores. Agora, não podiam contestar era que não houve arbitrariedade. Não chegaram ali e disseram que agora ia ser assim, não foi isso que aconteceu. -----

----- Como já tinha dito, se pudesse nem cobrava nada, mas a Junta de Freguesia tinha uma responsabilidade de tornar os arraiais sustentáveis e utilizar critérios que fossem visíveis para as pessoas perceberem qual era o valor que a Junta dispndia, qual era o valor que estavam a cobrar para que a contraprestação realmente fosse o mais transparente possível. Estava ali, havia ali uma fórmula, contestassem a fórmula, dissessem o que achavam que estava errado. Isso era uma contraprestação, havia uma prestação que era dada pela Freguesia, um serviço que era prestado e com base nesse serviço havia o pagamento de uma taxa. Portanto, para se pagar uma taxa havia um critério que era utilizado para se dizer que, no fundo, esse valor era o coeficiente que foi utilizado para se conseguir chegar a um determinado montante. Foi isso que fizeram.

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que o Senhor Presidente apontou para uma série de documentos que, não havendo uma consulta pública, as pessoas não sendo informadas, foram as únicas pessoas que viram, a falta de transparência era essa. -----

----- Em relação aos critérios, em vez do Presidente estar a olhar para si, tinha que olhar para a Membro do PS, que foi ela que colocou essa questão dos critérios. -----

----- Dizer que a reunião que tiveram foi no dia 10 de março e até à data ainda não teve a possibilidade de informar dos aumentos, nem informar a população. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que deviam ser claros de uma vez por todas. O arraial em termos de taxas tinha que ser atualizado, sim, isso era evidente e achava que unânime para todos, até o Membro da Iniciativa Liberal, que era contra taxas, também achava o mesmo. Portanto, isso era claro para todos, o que tinha que ser, mas não era a um mês de se fazer o arraial que as pessoas passavam a ter conhecimento que em vez de

pagarem 1.700 iriam pagar 3.000, ou em vez de pagarem 2.300 ou 4.000 iriam pagar 5.000. Era só isso que questionavam. -----

----- Tiveram duas reuniões com essas pessoas, a primeira foi no sentido de saber se as pessoas conseguiam arranjar patrocínios para ajudar a fazer o arraial, entre várias coisas. Essa dava de barato porque não esteve, mas na segunda esteve a ouvir o tempo sem abrir a boca, houve pessoas que falaram consigo no fim e sabiam. Fizeram uma série de perguntas, a quase todas as perguntas disseram que estavam a avaliar e não foram capazes de dizer a essas pessoas, nessas duas reuniões, prepararem-se que iam aumentar as taxas e o aumento não era pouco. Era só isso, a questão da transparência era isso.-----

----- Havia outra coisa que não podiam alegar, era que não sabiam quando tomaram posse que tinham o arraial para fazer, sabiam quando tomaram posse que tinham o arraial para fazer e sabiam quanto custava. Tinham uma vantagem grande por exemplo em relação ao PSD se ali estivesse, tinham sentada ao lado a Tesoureira do Executivo anterior e, portanto, sabiam qual era o custo do arraial. Inclusivamente, o Senhor Presidente em tempos, enquanto não arranjou colocação numa Secretaria de Estado ou num Ministério ou qualquer coisa, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia foi Tesoureiro dessa casa e também ele, nessa época, foi responsável pelo arraial, também ele sabia os custos do arraial. Portanto, uma coisa era aparecerem ali, tomarem posse e não tinham a mínima noção de quanto o arraial custava, aí tudo bem e dava de barato, tinham que fazer um estudo e tudo mais, mas quando tomaram posse sabiam qual era o custo do arraial e sabiam o que queriam fazer.-----

----- No limite, aumentar ou não aumentar taxas, foi aquilo que já ouvira dizer acerca do plano plurianual de atividades e tudo mais, era uma questão política assumirem que o custo que iam ter que abdicar do aumento de taxas no arraial também teriam que abdicar noutras coisas políticas que queriam fazer. Era só isso, uma questão política de saber para onde era canalizado o dinheiro. -----

----- Dizia à frente dessas pessoas e ao Executivo olhos nos olhos, as taxas tinham que ser aumentadas, mas não era a um mês. Aumentassem isso com um critério, dessem oportunidade às pessoas de saberem com tempo o que contavam. Dessem oportunidade, inclusivamente, às pessoas de dizer que era um aumento forte, mas iriam deixar pagar isso em duas ou três vezes, até começar o arraial. Ponderaram isso? Não ponderaram, porque só apresentaram as contas a essas pessoas no dia 4 de maio, quando o arraial começava a dia 3. Era disso que estavam a falar e não mais noutra coisa. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que o PSD continuava a fazer uma coisa que era falta de coragem política, pegava nessas pessoas e não assumia uma única posição, o que queria dizer que mais valia nem sequer estarem ali sentados. Não conseguiam assumir uma posição de quanto a Junta tinha que pagar pelo arraial, não valia a pena estarem aí sentados. Relativamente... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** pediu que não se perdessem nesses ataques.-----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que relativamente à questão do parcelamento, essa questão estava no regulamento dos arraiais de São Vicente e seria precisa uma alteração a esse regulamento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para parcelar teria que haver uma alteração ao regulamento, um aditamento ao regulamento no sentido de pagar metade antes e metade depois e teriam que fazer uma Assembleia de Freguesia extraordinária para isso acontecer, esse era o dos pontos que poderiam fazer. -----

----- Na altura em que fizera o primeiro arraial já dizia que eventualmente teriam que se aumentar as taxas, esteve ali um ano, mas já dizia isso e o arraial não dava metade de

despesa. Em quatro anos o nível de despesa do arraial era completamente diferente e tinha sido franco, tinha dito qual era a despesa que dava o arraial.-----

----- A Junta de Freguesia nesse momento tinha despesa com o arraial e com essas taxas não iria deixar de ter despesa com o arraial, iria provavelmente ter muita despesa com o arraial ainda, isso não pagava nem metade. Se queriam um arraial sustentável tinham que perceber as despesas com polícia e isso tudo. -----

----- Diziam que todos os anos já sabiam quanto custava o arraial, mas todos os anos os valores com polícia e com segurança aumentavam. Só de geradores com a situação da conjuntura internacional, só isso já aumentou. Todos os anos aumentava.-----

----- Quando pediam a prestação de o serviço de stands, tudo isso, ficava sempre muito mais caro e sabiam disso. No primeiro ano estavam a tentar equilibrar as coisas, para no próximo ano fazer uma avaliação e perceber se conseguiam meter mais barracas, conseguiam ter mais arraiais de alguma forma não só dispersar o Arraial da Graça, mas que também servissem para gerar mais alguma receita. Isso foi uma das coisas que também tinha falado na reunião que tiveram, o objetivo era conseguir ter mais receitas. Tinham que diversificar as receitas dos arraiais, a questão dos patrocínios que foi falada. Mesmo com base nos critérios, era completamente diferente se tivessem mais patrocínios e enviaram e-mails para várias empresas para patrocinar. Evidentemente que a seis meses do arraial boa parte das empresas já tinham os seus patrocínios fechados e não conseguiram, mas iriam continuar. -----

----- No próximo ano a primeira coisa, em setembro ou depois de acabarem os arraiais, o que iriam fazer era preparar o próximo arraial e fazer com que o arraial pelo menos não desse o nível de prejuízo que tiveram em arraiais anteriores, era esse o objetivo e a partir daí ver o que conseguiam fazer. Não valia a pena estar ali a enganar e a dizer que as coisas estavam bem quando não estavam, como era visível. Os próprios Membros eleitos falaram das contas e, portanto, era isso que tinham. Faziam o arraial com aquilo que se podia fazer esse ano, no próximo ano fariam uma avaliação e ter mais patrocínios, ter mais receitas e de diversificar o arraial do Largo da Graça para outras partes da Freguesia, para assim dispersar também a pressão. -----

----- Podiam levar entretanto à Assembleia a questão do parcelamento e assumir essa questão, mas o arraial tinha que ser sustentável minimamente, custasse aquilo que custasse. Sustentável não era dar lucro, era não dar muita despesa. Fizeram essa avaliação com base nos critérios que tinham e esse foi o valor. Queria que fosse menor, que pagassem menos, com avaliação na base das despesas não conseguiram.-----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que todos ali entendiam critérios, o que diziam era que deveria ser uma atualização gradual e colocava uma questão. Se o Executivo conseguisse arranjar um patrocínio de 300 mil euros de uma marca, então estavam todos isentos, tendo em conta que já haveria um valor que cobrisse as despesas. O critério para o aumento era porque havia despesa, então, se houvesse um patrocínio de um Licor Beirão, uma Sagres, uma Super Bock de 300 mil euros, estando o custo coberto haveria uma isenção. Se o critério era para fazer face aos custos, como estava ali a dizer... não cobria, porque para cobrir teria que ser 9.292 euros segundo as contas que ali iam, que eram 371.700 a dividir pelos 40 stands. -----

----- Estiveram a atirar o Membro Bruno Santos, mas depois ousaram atirar a si quando falaram das coletividades. Achava que tinham que dizer era na reunião certa, não era ali. De qualquer das formas, havendo um hipotético patrocínio de 300 mil euros, então as pessoas pagavam 10 euros. Tinham que olhar para isso de uma forma clara. A Colina das Artes, que também havia um investimento muito grande da Junta de Freguesia de São Vicente, 97 mil euros, não via ninguém a pagar nada porque era cultura e os arraiais

também eram cultura, as coletividades também eram cultura e essas pessoas também faziam parte da festa, também faziam parte dos arraiais populares. -----

----- O que estava a dizer e que voltava a dizer, que pedia para pensarem bem antes de porem isso à votação, era terem atenção a esse aumento que era muito a bruto, fizessem de forma gradual. Se fossem para votação, não achava que fosse correr bem. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação à Colina das Artes não iria acontecer, não havia dinheiro e não acontecia. Já tinha dito isso e não era novidade nenhuma, a Colina das Artes não ia acontecer. A questão das coletividades, também já falaram sobre isso. -----

----- A taxa era uma contraprestação. Independentemente da Junta ter um patrocínio, a taxa tinha que ser paga porque havia uma contraprestação. O que podia acontecer se houvesse patrocínios que reforçassem o custo, podiam fazer um acerto e não só um acerto, podiam tentar perceber se havia forma da Junta prestar... Era o que estavam a fazer ali porque, mesmo com essa taxa, se a taxa tinha que ser 9 mil euros e faziam um acerto para baixo, se houvesse um patrocínio que fosse bom podiam fazer um acerto para cima, mas não deixava de ser uma taxa e as pessoas tinham que continuar a pagar. ----

----- Quando falavam das coletividades era nessa lógica que já tinham dito. Portanto, não era ataque nenhum. Já tinha falado várias vezes que tinham que avaliar, se havia despesa e se não estavam a conseguir fazer face a grandes custos tinham que avaliar também a necessidade de outras entidades que faziam parte do arraial poderem contribuir, evidentemente. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que, na verdade, assentavam essa atualização de taxas no modelo do regulamento. Todas essas questões podiam ser discutidas, mas não era isso que estavam a discutir nesse momento e naturalmente que um patrocínio dessa ordem de grandeza, isso não seria uma questão. Era possível avançar muito nesse campo e acreditava que era manifestamente possível, talvez não nessa ordem de grandeza, os 300 mil euros eventualmente não, mas se fosse melhor, porque assim não só tinham um grande arraial como a estrutura de custos reduzia substancialmente. ----

----- Achava que não era útil, achava que não levava uma mais-valia para a discussão falar de cenários hipotéticos que não tinham neste momento e quando se falava da questão dos seis meses, nesses seis meses muita coisa foi equacionada. Essa estrutura de custos, a manter-se assim, conforme o Orçamento da Junta de Freguesia, o arraial fazia-se quando? 2027 talvez, em 2028 já não se fazia. Era disso que estavam a falar. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que tinham que resolver esse impasse, senão não iam sair dali. Havia ali uma questão em que se propunham aumentos em função da taxa de inflação. Tinham ali taxas de inflação e até poderiam criar um aumento em função da inflação e com prémio de risco. Ou seja, era evidentemente contra todo o tipo de taxas, já disseram que sim, estava muito contente ali por os seus camaradas também serem a favor do grande capital felizmente não ser taxado. -----

----- Também tinham ali um problema, quem estava a ser contratado? Estavam a contratar empresas ou estavam a contratar empresário em nome individual? Era um bocado diferente, regimes fiscais completamente diferentes. Se lhe dissessem que a maioria das pessoas que estavam ali eram empresas, tinham um volume de faturação XPTO com um IES XPTO, dizia que a fórmula estava perfeita, era essa a fórmula que utilizava nos seus eventos, mas eram eventos privados que fazia. -----

----- Estavam a falar agora de pessoas individuais, com níveis de rendimentos mais baixos, não estavam a falar de empresas, senão era completamente a favor de tudo o que estava ali e até dizia que achava ótimas as fórmulas. Essas 40 que estavam nessa fórmula eram pessoas, empresas em nome individual muitos deles. Era a primeira vez que estava a ver isso, mas estavam a falar do nível de eficiência económico. Achava que esse

montante era uma subida muito forte e não foi comunicada. Às tantas não tinha que ser, mas se não tinha que ser tudo bem, na sua empresa muitas vezes, quando fazia um evento, dizia que o evento tinha que ser feito assim, a taxa era essa, quem quisesse ia e quem não quisesse não ia, se fizesse fazia, se não fizesse não fazia. -----

----- Estava a trabalhar na área dos patrocínios já para 2028, não era a seis meses que conseguia patrocínios para esse evento. Já estava a programá-los para os Açores, por exemplo, já estava a programá-los para 2028. Agora, tinham de ter muito cuidado, estavam a falar de pessoas em nome individual que eram contratadas, que tiveram aumentos exponenciais muito fortes e, às tantas, situações intermédias do tipo uma inflação mais algum prémio de risco para um primeiro ano e depois no ano a seguir iriam ver, isso dependia de todos ali, ou seja, tinham todos que ajudar a rentabilizar isso e estava disponível para ajudar também no próximo ano a tentar arranjar patrocínios.-----

----- A três meses de uma realização, ou um mês, não era possível absolutamente fazer nada, os orçamentos estavam fechados. Sabiam quando se negociavam os orçamentos das publicidades das grandes empresas? Era em fevereiro. Se quisessem um budget para o ano, em fevereiro tinham que estar com tudo pronto para apresentar nas empresas, por isso não era agora. -----

----- Achava que deviam arranjar um modelo de aumento com base numa taxa de inflação que estava ali programada e com mais um prémio de risco para ajustamento, que era um fator risco, para autarquia, nesse caso a Junta, não perder dinheiro que ia perder, já viram que sim e a festa teria que manter esse nível, não podiam tirar um palco, tirar uma luz, senão isso passava a ser uma festazinha. Essas festas eram conhecidas, ia lá a televisão, ia lá a SIC, as festas da Graça eram conhecidas, as pessoas gostavam de ir ali porque tinham também o que ver e o que fazer. -----

----- Tinham que arranjar forma de não prejudicar muito a Junta também, para o ano às tantas até defendia uma taxa mais elevada, se não ajudassem a Junta a resolver esse problema, que era um problema orçamental, era um problema de prejuízo efetivo. Estavam a ter um prejuízo efetivo com isso, a polícia era muito cara, não podiam tirar dali a polícia, a polícia para eventos desses ficava cento e muitos mil euros. Ou seja, também tinham que ser conscientes. Agora, aumentos muito fortes sem ser informados achava mal e achava que deviam arranjar ali uma fórmula intermédia de uma taxa de inflação, até um prémio de risco, para se começar a recuperar algum desse investimento. Tinha que ser assim, na sua opinião. Aumentos desses, corria-se o risco de isso não passar.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que só para haver ali uma ordem de grandeza dos valores que estavam a falar do ano passado, 448 mil euros. Esse ano iria ser mais porque tudo aumentou, ia ser mais em geradores, em stands, tudo aumentou, tudo encareceu. Portanto, era disso que estavam a falar, era desse tipo de despesa que estavam a falar para conseguir manter o arraial como estava. -----

----- A única proposta que o Executivo tinha era de parcelamento, poder fazer com que o expositor pagasse no início e outra parte no final, depois do evento estar encerrado e para o ano, eventualmente, parcelar o ano inteiro. -----

----- A questão que tinham que ver era terem uma responsabilidade com os moradores. Quando diziam que iam gastar praticamente meio milhão num arraial e sem que houvesse o mínimo de taxas que conseguissem fazer face aos custos, achava que isso também não era justo, não era justo estarem a fazer isso dessa maneira. Portanto, o que pedia era todos perceberem o que estava em causa, a própria sustentabilidade do arraial.-----

----- Já tinha dito isso antes e continuava a dizer, era ver os valores. Viram as despesas que tinham com o PSP, estavam a falar de milhares e milhares de euros com os bombeiros, com a polícia, com tudo o que o arraial atualmente implicava. Era

praticamente meio milhão de euros, 500 mil euros num arraial. Percebia que havia famílias, que havia negócios, mas fossem responsáveis para perceber uma coisa muito simples, que 500 mil euros numa Freguesia como São Vicente, que acabaram de dizer que tinha que utilizar o seu Orçamento, que estava claramente com dificuldades, 500 mil euros em que não conseguissem pelo menos fazer face a um terço das despesas, isso era insustentável. Para o ano, nesse ritmo, não faziam outro arraial, era insustentável. Para o ano ia ser o quê? 600 mil euros? -----

----- Portanto, mais uma vez dizia, fizessem um parcelamento para amortecer, no início do arraial e fim do arraial, para pelo menos conseguirem ter um valor que nem sequer ia abater 50%. Estavam a falar de um valor para abater pelo menos um pouco do arraial.

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que uma pessoa ali fez uma questão importante. O Executivo acabou por dizer que falavam depois, se calhar era importante saber quais eram as datas do arraial. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tinha falado informalmente que seriam pelo menos dez dias, que já era mais do que há dois anos. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que queria dizer algo que ia resumir essa Assembleia. Nem os dias do arraial conseguiam saber concretamente quais eram.-----

----- Estavam a um mês e esse Executivo não conseguia dizer que o arraial era de X a Y, porque iam ao sabor do vento. Nesse dia era 1, se no dia seguinte apertassem com eles passava a 11, depois passava a 12 e um dia havia de passar a 9. Isso era lamentável. Estavam a um mês de um evento, não sabiam quantos dias era, já sabiam quais os custos que iam ter, quantas pessoas iam ter, quem ia lá cantar, mas não sabiam os dias do evento. Isso era lamentável. -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que por vezes tinham que voltar ao início para perceber onde estavam, porque de facto estavam a falar da Freguesia gastar no mínimo meio milhão de euros quando ao início dessa Assembleia e durante muito tempo discutiram a crise do Município num ano ter despesas de 900 mil euros a mais. Estavam a falar de dez ou quinze dias a Freguesia gastar, não esquecendo que a maioria das pessoas que beneficiavam e que utilizavam esse arraial não era da Freguesia, não criava valor estratégico, não deixava rendimento. Estavam a falar em 40 stands e a Freguesia gastava meio milhão de euros em dez dias. -----

----- Achava que era preciso centrar a discussão naquilo que era real e perceber porque estavam a falar dos valores que estavam a falar. Se dividissem 500 mil euros por 40 pessoas, quanto isso dava? -----

----- **Membro Ana Paula Magusto (PS)** pediu escusa à Mesa nessa votação. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento das Atividades da Junta de Freguesia em 2026**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria** com 6 votos contra (PSD, PCP, Chega e IL), 5 votos a favor (PS e BE) e 1 abstenção (MEFSV)-----

----- (Não participou na votação a Membro Paula Magusto) -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“A única parte em que nós não concordámos foi precisamente com a parte do arraial, porque toda a outra parte das taxas que aqui vinha na parte do regulamento, não nos opusemos a isso.”*-----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Dizer que o PSD está completamente disponível para durante o próximo ano, se quiserem criar uma comissão, para podermos com calma avaliar, prever, informar e trabalhar ao longo de 2027 para que esse projeto seja bem feito.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **prolongamento da Assembleia**, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **V. Apreciação da Informação Escrita do Presidente e da Informação da Situação Financeira da Junta de Freguesia;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração: -----

----- *“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, caros Membros eleitos, caros fregueses aqui presentes ou a seguir-nos a partir de casa. É com grande alegria que vejo que este ginásio está cheio de pessoas.*-----

----- *Este Executivo apresenta-se hoje perante a Assembleia de Freguesia prestes a celebrar seis meses de mandato, com responsabilidade e sentido de missão. Todos os dias sentimos a exigência dos nossos fregueses, as suas crescentes expetativas, os seus anseios e é essa a exigência que nos move, o querer executar tudo aquilo com que nos comprometemos.* -----

----- *Cada uma das pessoas sentadas hoje ao meu lado, cada Membro deste Executivo, está cá por uma razão simples, trabalhar por vós, trabalhar convosco e é isso que temos feito desde o momento em que fomos eleitos.* -----

----- *A implementação do plano para uma Freguesia mais limpa tardou por causa dos períodos climatéricos adversos vividos, mas confirmou-se numa organização crescente, numa máquina cada vez mais oleada e bem preparada. Por ocasião das intempéries muitos foram os vizinhos que viram a sua vida suspensa pelos estragos causados, pelas variadas depressões que afetaram o nosso território. A nossa ação, nessa altura, foi dirigida na prevenção, comunicação e mitigação dos danos e na reposição da normalidade.*-----

----- *Foi um período de teste intenso para um Executivo que tinha acabado de chegar e creio termos passado com competência. Das lições que saíram deste tempo adverso, foi a necessidade de termos uma equipa local para preparar a nossa Freguesia do ponto de vista da prevenção e da gestão dos riscos. Criámos, por isso, a Unidade Local de Proteção Civil.*-----

----- *Fomos também, ao longo deste tempo, confrontados por tragédias que nos fizeram repensar o valor da segurança pedonal das nossas ruas. Foi quase como um grito de urgência que nos fez fechar por um dia a Rua da Graça aos carros. Há ruas na nossa Freguesia que já não pertencem a quem vive nelas e temos de as devolver às pessoas. Vamos repetir esta iniciativa, vamos levá-la a outras ruas e vamos continuar a fazer pressão para que a mobilidade nesta cidade seja pensada à escala humana, para que o espaço público da nossa Freguesia não seja um atravessamento de carros e passe a ser vivido por quem aqui vive.* -----

----- *Noutros domínios, a Junta de Freguesia tem dado passos firmes no sentido de melhorar a sua ação. Mantemos uma dinâmica de diálogo transparente, seja nas audiências semanais com o Presidente, seja nas sessões públicas que abrimos à comunidade.* -----

----- *Iniciámos, também, o processo de digitalização dos procedimentos internos e externos da Junta, conferindo mais eficácia ao funcionamento dos nossos serviços. Fomos parceiros na organização do Carnaval de 2026 da Colombina Clandestina e provámos que, perante os momentos de pressão sobre a Freguesia, advindos de eventos de grande escala, as nossas equipas conseguem assegurar uma resposta que tranquiliza os fregueses.* -----

----- *Lançámos a Feira Insólita no Largo da Graça, que está agora a chegar ao fim e que foi exatamente isso, um largo cheio de gente, de músicas, de conversas, de comunidades, com muitas personalidades que se dedicaram a refletir os problemas contemporâneos da nossa praça pública.* -----

----- Continuamos a procurar mais cultura acessível para melhorar a qualidade de vida dos fregueses. São Vicente ambiciona ser um território com um pulsar dinâmico, autêntico e vivo e tudo faremos para cumprir essa missão. -----

----- Permitam-me agora ser claro sobre uma coisa. A Graça, São Vicente de Fora, Santa Engrácia, este território não é apenas um cenário idílico, não é só uma vista de miradouro, não é uma paragem de tuc-tuc. É uma Freguesia onde se vive, onde se cresce, onde os vizinhos se cumprimentam na rua e onde os miúdos vão para a escola a pé. É essa Freguesia que estamos aqui para defender, uma Freguesia que resiste à pressão turística desregrada, à especulação imobiliária, ao trânsito que atravessa o bairro como se ele não existisse, à transformação de cada edifício devoluto em mais um hotel. O caso do Quartel da Graça, há sete anos abandonado à espera de um hotel que não chega, é o exemplo mais visível dessa lógica que rejeitamos. -----

----- Nem todo o desenvolvimento de Lisboa pode passar pelo turismo. Há vida na cidade que precisa de habitação, de equipamentos, de cultura, de espaços para a comunidade e essa vida tem de caber nas decisões que se tomam sobre o nosso território. Foi também com este espírito que reagimos há dias à profanação da estátua da Natália Correia no Largo da Graça, com a simbologia nazi. Mandámos limpar de imediato e participámos o caso às autoridades. Vandalizar a memória da Natália Correia, num bairro onde ela fundou o Botequim a dias do 25 de Abril é uma tentativa de silenciar valores que esta Freguesia não permite que o sejam. A inteligência em submissão a democracia. -----

----- Numa sociedade que se quer livre, justa e plural, o ódio e o obscurantismo não têm lugar, nem aqui nem em parte nenhuma. A nossa atuação assenta em princípios que desde o primeiro dia não foram negociáveis, transparência na gestão, inclusão nos processos de decisão e dedicação ao serviço público e é com base nesses princípios que continuaremos o nosso caminho. Temos prioridades afirmadas, em que continuaremos com humildade a trabalhar, melhorar o espaço público e devolvê-lo às pessoas, reforçar a segurança pedonal, apoiar famílias, investir na qualidade de vida de quem aqui vive, defender o bairro da pressão turística desregulada e continuar a fazer pressão sobre a Câmara quando as respostas tardam. -----

----- Sabemos também que nada disto se faz sozinho. Uma Freguesia constrói-se com o diálogo e a participação de todos, fregueses, associações e coletividades, comerciantes e até quem nos visita com respeito pelo lugar. É por isso que continuaremos a apostar no diálogo, na escuta ativa, na proximidade, porque governar localmente é acima de tudo estar presente no passeio que precisa de reparação, na família que precisa de apoio, não apenas nas decisões formais, mas também nos gestos pequenos. -----

----- É reconhecer que cada pessoa tem uma voz, uma história, uma preocupação, uma ideia que nasce e pode-se transformar o lugar onde vivemos. -----

----- Permitam-me terminar com uma convicção muito simples. Cumprir Abril não é apenas recordar o dia, é construí-lo junto de todos, com as nossas ações, convicções, com a forma como cuidamos uns dos outros e do território que partilhamos. É defender com seriedade e sem medo a Freguesia que somos e a Freguesia que queremos continuar a ser. E é isso que vamos continuar a fazer, com seriedade, com dedicação e com um compromisso inabalável para com esta Freguesia e a comunidade que lhe dá vida.”--

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que era um gosto ouvir e lamentava que os restantes Membros da Assembleia de Freguesia se tivessem levantado e não tivessem ouvido aquilo que era a declaração escrita do Presidente, a sua mensagem e o seu projeto.

----- Ia agradecer a mudança de atitude e de comportamento do Executivo perante a Freguesia. Achava que havia uma atitude humilde de perceber o que se conseguia e o que não se conseguia e que havia coisas que a democracia mostrava que levavam tempo. Portanto, se havia uma característica da democracia era que ela era mais difícil, levava

mais tempo, era preciso ouvir, era preciso escutar e isso estava manifesto no projeto e no dia-a-dia. -----

----- Havia resultados que não se conseguiam de imediato, havia transformações difíceis de fazer e agora acabaram de ver como elas eram difíceis de fazer e eram contraditórias, porque custava muito que tivessem argumentado 1 milhão de euros e 500 mil euros em orçamentos de um ano inteiro, falta de investimento. Ouviram ali até dizer que os executivos fizeram falta de investimento na Freguesia e depois, em dez dias aceitava-se que o Município gastasse 500 mil ou mais euros numa festa. -----

----- Era uma festa bonita, era cultura, era da Freguesia e desde que se conhecia ia todos os anos aos santos populares, mas era preciso ter uma atitude responsável. Não estavam a falar da Freguesia, estavam a falar de 40 bancas numa Freguesia em quinze dias e desculpassem sublinhar novamente essa mensagem num outro ponto, mas era inaceitável que se tivesse passado isso nessa Freguesia. -----

----- Voltando àquilo que era a mensagem principal, obrigada Senhor Presidente, havia ali um projeto em construção, seis meses já com algumas diferenças e sobretudo sublinhava mesmo a diferença de atitude, a humildade, o andar na rua, o escutar as pessoas, o procurar estar próximo, só conseguiam estar próximo de quem se deixava aproximar também. Isso também era uma mensagem que gostava de deixar e por isso reforçava a sua confiança no projeto, no trabalho. -----

----- Também para dizer que quando corresse menos bem, era esse o seu papel ali e em todo o caso dar o seu voto de confiança. -----

----- **VI. Apreciação e votação da ratificação do protocolo celebrado pela junta de São Vicente com o Banco Alimentar;** -----

----- **Vogal do Executivo Ana Alves** disse que houve necessidade de efetivar esse protocolo. Esse apoio do Banco Alimentar iniciou-se durante o Covid, isso numa situação de emergência social. A Junta de Freguesia começou a prestar apoio alimentar e o Banco Alimentar na altura ficou muito agradecido, isso palavras da própria direção, ficou muito agradecido pela Junta de Freguesia ter aderido a esse apoio. No entanto, o protocolo nunca foi formalizado e acharam por bem formalizar de maneira que estivesse tudo de acordo com as normas. -----

----- De referir que apoiaram 19 agregados familiares, famílias que eram acompanhadas, sendo que dava cerca de 40 pessoas, 9 eram crianças. Havia sempre uma avaliação e um acompanhamento constante e era isso, a necessidade de formalizar esse protocolo. ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **ratificação do protocolo celebrado pela junta de São Vicente com o Banco Alimentar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Não participaram na votação os Membros Bruno Santos e Leticia Marques)-----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que antes de darem a palavra ao público queria dar uma nota de parabéns pela forma como a Senhora Presidente conduziu a Assembleia em substituição, uma Assembleia que não foi fácil. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que também se associava ao elogio que foi feito à forma como conduziu os trabalhos. -----

----- **B. Intervenção do Público;**-----

---- **Freguês Fernando Gomes** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa noite. Eu quero dirigir aqui ao Senhor Presidente, ao Senhor André. -----*

----- *O aumento foi uma coisa exorbitante. Se o Senhor André tivesse aumentado este ano um bocadinho e para o ano aumentar outro bocadinho e depois aumentar outro bocadinho, justificava-se. Porque isto é assim, depois isto vem, mesmo dentro do próprio arraial, vem trazer problemas, André. -----*

----- *Repara uma coisa, há aqui colegas meus que vão pagar X, a gente vai pagar Y e há sempre aquele habilidoso que gosta de mandar barbatanas para o ar e como eu não gosto de que mandem barbatanas para o ar, depois pode haver um problema grande dentro do arraial.* -----

----- *Para que isso não aconteça, eu acho que devem aumentar os preços do arraial, mas não é assim dos zero aos cem, porque se eu não tiver esse dinheiro para vir fazer o arraial, eu não faço. Não vou pedir a ninguém para me emprestar dinheiro para eu fazer o arraial.* -----

----- *E outra, o ano passado, trabalhámos cá com armazém, este ano vamos trabalhar sem armazém. Nós temos que trazer, neste caso, a barraca às costas sem termos sítio para meter as coisas. Quer dizer, é aumentado, trabalhar com menos condições. Eu acho que isso não está bem. Se tiver que aumentar, sim senhor, eu sou de acordo que aumentem, mas não é por ali fora.* -----

----- *É isto que vocês têm que levar em conta, que nós não andamos aqui a brincar, como vocês não andam aqui a brincar, certo? André, eu tenho estima por ti, como tu sabes e acho que isto não são coisas que devem acontecer assim desta maneira. Sei lá, não sei, acho que o André havia de ter uma reunião connosco antes e dizer “olha, tenham atenção, isto e aquilo”. Nós já estávamos preparados, certo? Porque sendo assim andamos todos aqui a brincar uns com os outros.* -----

----- *É só isto que eu tenho a dizer, mais nada. Muito obrigado.”* -----

----- **Freguês António Silva** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite Senhora Presidente, Membros do Executivo, todos os Eleitos. Eu apresento-me aqui para falar, mas não vinha para falar, vinha para assistir e tenho assistido às outras Assembleias, o meu papel aqui tem sido de observar, de aprender, de perceber como é que funciona, como é que isto é. Conheço-os a todos e sei que há sempre divergências nestas discussões.* -----

----- *Eu não sou do bota abaixo, eu sou nascido e criado na Freguesia. Nasci no mês de abril, no dia 1 de abril e com dois meses de idade estava num arraial aqui a poucos metros de onde estamos a realizar a Assembleia. Nascido, criado, apaixonado pelo bairro, está-me no sangue, criei uma ligação forte às coletividades do bairro, a todas.* -----

----- *Sou participativo, tento fazer o meu um papel na Freguesia e confesso que fiquei um pouco desiludido quando se questionou o papel das coletividades no arraial de São Vicente. As coletividades dão sentimento de pertença, são propriedade cultural da Freguesia, trabalham em prol da Freguesia todos os dias, de forma voluntária e gostamos muito de fazer parte da festa do nosso bairro.* -----

----- *Como é sabido de toda a gente, a isenção do pagamento de taxas às coletividades, são dez coletividades, num prejuízo de 500 ou 400 mil euros, não serão 17 mil euros ou 30 mil euros que virá mal ao mundo com essa isenção.* -----

----- *Mais digo ainda que o trabalho que as Freguesias representam, o dinheiro que as coletividades angariam durante os arraiais, não é para mim, não é para o A, não é para o B, não é para o C, é para a coletividade e a coletividade gasta-o em prol dos fregueses da Freguesia, dos miúdos que fazem desporto, dos idosos que precisam de apoio, do trabalho todo que é realizado pelas diferentes associações do bairro.* -----

----- *Há bocado fiquei um bocado tocado, porque levantou-se o papel das coletividades como se fosse o problema maior dos arraiais. Eu estarei cá sempre a fazer parte da solução, mas achei-me no direito de defender as coletividades e o papel das coletividades no bairro e o trabalho que é realizado desde o dia 1 de janeiro até o último dia do ano em prol dos fregueses.* -----

----- Posso até deixar um desafio, que efetivamente, e posso falar por todas, eu sei que falei com elas todas e sou amigo de todas, que as coletividades estão disponíveis para que se calhar em alguns encargos financeiros que a Junta possa ter, fazerem parte da solução, participarem, ajudarem nas várias vertentes do trabalho da Freguesia, ao nível do apoio, ao nível dos eventos culturais, ao nível dos eventos desportivos, do que precisarem.-----

----- Eu estou à vontade para dizer que as coletividades estarão sempre disponíveis para colaborar com este Executivo e qualquer outro. Defendo que o primeiro parceiro das coletividades tem que ser a Junta da Freguesia e também gostava que a Junta da Freguesia olhasse para as coletividades como o primeiro parceiro de colaboração no trabalho realizado na Freguesia. -----

----- Era só isso que queria dizer. Boa noite a todos. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente ao papel das coletividades, isso nunca foi colocado em causa. Tinha dito uma coisa muito simples e que achava ser perceptível. Estavam a falar de uma despesa de 500 mil euros e o que disse foi que já tinha falado com as coletividades também, que iriam precisar que houvesse participação e solidariedade também com as coletividades e tiveram uma reunião em que falara sobre isso com as coletividades.-----

----- Tinha sido muito claro para falar da questão das despesas e da forma que as coletividades podiam ajudar, fosse o que fosse. Portanto, foi isso que mais uma vez tinha falado. -----

----- Relativamente à questão do arraial, as taxas não eram atualizadas desde 2017. Tinham um problema com o arraial, que a despesa estava no valor dos 448 mil euros. Percebia todos os anseios, mas acharem que a taxa que cobravam conseguia sequer pagar um terço do arraial era completamente irreal e sabiam disso. -----

----- Portanto, já não tinha muito a dizer, iriam ver o que aconteceria no próximo ano, teriam que avaliar tudo. Mil euros era uma taxa que realmente fazia todo o sentido para a despesa que tinham. Achava que se eventualmente no futuro esse arraial não tivesse sustentabilidade perceberiam depois o porquê e quem eram os culpados.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** leu a **Ata em minuta** relativa à presente sessão e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na sessão.-----

----- Deu por encerrada a reunião, eram zero horas e quarenta minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e seis.-----

----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -  
----- PRESIDENTE-----